



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

RAFAEL GONÇALVES ROBERTO ROSSATO

**POLICIAIS NAS ESCOLAS: UMA AVALIAÇÃO DO IMPACTO E
DOS EFEITOS DE UM PROGRAMA DE POLICIAMENTO
ESCOLAR EM LONDRINA/PR**

Londrina
2022

RAFAEL GONÇALVES ROBERTO ROSSATO

**POLICIAIS NAS ESCOLAS: UMA AVALIAÇÃO DO IMPACTO E
DOS EFEITOS DE UM PROGRAMA DE POLICIAMENTO
ESCOLAR EM LONDRINA/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual de
Londrina - UEL, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Sociologia

Londrina
2023

Rossato, Rafael.

POLICIAIS NAS ESCOLAS: UMA AVALIAÇÃO DO IMPACTO E DOS EFEITOS DE UM PROGRAMA DE POLICIAMENTO ESCOLAR EM LONDRINA/PR / Rafael Rossato. - Londrina, 2023.
81 f.

Orientador: Cleber Lopes.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Políticas Públicas - Tese. 2. Segurança Pública - Tese. 3. Violência Escolar - Tese. 4. Avaliação de Impacto - Tese. I. Lopes, Cleber. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 316

RAFAEL GONÇALVES ROBERTO ROSSATO

POLICIAIS NAS ESCOLAS:
UMA AVALIAÇÃO DO IMPACTO E DOS EFEITOS DE UM PROGRAMA
DE POLICIAMENTO ESCOLAR EM LONDRINA/PR

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual de
Londrina - UEL, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Sociologia

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Cleber da Silva Lopes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Ileize Luciana Fiorelli Silva
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Haydee Caruso
Universidade Nacional de Brasília - UNB

Prof. Angela Maria de Sousa Lima
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 16 de janeiro de 2024.

RESUMO

A violência escolar é um problema que integra a agenda política internacional desde a década de 90. Nos últimos anos, o fenômeno tem se destacado no debate público brasileiro devido ao aumento de ocorrências de ataques às escolas. Como estratégia para enfrentar essa problemática, políticas públicas fundamentadas no aumento da presença policial nas instituições de ensino têm sido as mais amplamente implementadas pelas três esferas do governo. Entretanto, pouco se tem produzido sobre o impacto e possíveis efeitos dessas políticas nessas instituições. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo avaliar o impacto e investigar possíveis efeitos de um programa de policiamento escolar em algumas escolas do município de Londrina/PR, denominado programa "Escola Segura". Para isso, utilizou-se um desenho de pesquisa quase experimental para avaliar o impacto do programa nos conflitos escolares, considerando as ocorrências registradas em documentos mantidos pela Coordenação Pedagógica das escolas objeto de estudo. O impacto foi avaliado por meio do método de diferenças em diferenças nas variáveis de ocorrências por taxa de cem alunos e nos tipos de ocorrências. Dois efeitos identificados na literatura também foram investigados por análise descritiva: a transferência de autoridade do corpo pedagógico para os policiais e a judicialização dos conflitos escolares. Os resultados indicam que o Programa Escola Segura teve impacto na redução da taxa de ocorrências gerais, especialmente nas ocorrências de agressão física e verbal. Os efeitos evidenciam uma dinâmica de autoridade entre os policiais e a Coordenação Pedagógica no encaminhamento de ocorrências para a Patrulha Escolar e um processo de judicialização dos conflitos. Ressalta-se que esta pesquisa é um estudo de caso e, portanto, não permite generalizações. Contudo, contribui para a discussão acerca da implementação de políticas de policiamento escolar respaldadas em evidências.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Segurança Pública; Violência Escolar; Avaliação de Impacto;

ABSTRACT

School violence is a problem that has been part of the international political agenda since the 90s. In recent years, the phenomenon has been on the agenda in Brazilian public debate due to the increase in incidents of attacks on schools. As a measure to combat the problem, public policies based on increasing police presence in educational institutions have been the most implemented by the three spheres of government. However, little has been produced about the impact and possible effects of gender policies in these institutions. In this sense, this research aims to evaluate the impact and investigate possible effects of a school policing program in some schools in the city of Londrina/PR, the Safe School program. For this purpose, a quasi-experimental research design was used to evaluate the impact of the program on school conflicts in incidents recorded in documents maintained by the Pedagogical Coordination of the schools in the case study. The impact was assessed using the difference-in-differences method in the variables of occurrences per rate of one hundred students and in the types of occurrences. Two effects found in the literature were also investigated by descriptive analysis: transfer of authority from the pedagogical body to the police and judicialization of school conflicts. The results indicate that the Safe School Program had an impact on reducing the rate of general occurrences of physical and verbal aggression. The effects present a relationship of authority between the police officers and the Pedagogical Coordination in forwarding incidents to the School Patrol to record a police incident. It should be noted that this research is a case study and does not allow generalizations. However, the research contributes to the discussion about the implementation of evidence-based school policing policies.

Keywords: Public Policies; Public security; School Violence; Impact Assessment.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – O método de Diferenças em Diferenças (DD).....	47
Gráfico 2 – Comparação de ocorrências escola 2 e escola 6 do programa.....	50
Gráfico 3 – Comparação de ocorrências: tratamento e controle.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de Exemplo DD.....	46
Tabela 2 – Ocorrências por turma e ano	49
Tabela 3 – Características das escolas selecionadas.....	52
Tabela 4 – Diferenças em Diferenças nas variáveis de ocorrências nas escolas tratamento e controle por tipos de ocorrências.....	55
Tabela 5 – Ocorrências registradas pela patrulha escolar por escola e ano.....	56
Tabela 6 – Tipos de ocorrências por escolas.....	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das Escolas do desenho de pesquisa.....	48
--	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A	71
ANEXO B	72
ANEXO C	73
ANEXO D	74
ANEXO E	75
ANEXO F	76
ANEXO G	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 POLICIAIS NAS ESCOLAS: A EXPERIÊNCIA ESTADUNIDENSE	15
1.1 POLÍTICA DE TOLERÂNCIA ZERO	18
1.2 POLICIAMENTO ESCOLAR NOS ESTADOS UNIDOS	19
1.3 POLICIAIS NAS ESCOLAS ESTADUNIDENSES	21
1.4 DA ESCOLA À PRISÃO	24
2 POLICIAIS NAS ESCOLAS: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA	28
2.1 PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR NO BRASIL	29
2.2 PROGRAMA ESCOLA SEGURA.....	34
2.3 O QUE SE SABE SOBRE POLICIAIS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS	39
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	44
3.1 DESENHO DE PESQUISA QUASE-EXPERIMENTAL	45
3.1.1 Escolas do Estudo de Caso.....	47
3.1.1.1 Características das escolas analisadas.....	51
3.1.2 Variáveis da Análise	53
4 RESULTADOS	55
4.1 AVALIAÇÃO DE IMPACTO	55
5 DISCUSSÃO	60
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	71

INTRODUÇÃO

A violência escolar é um fenômeno disseminado em escolas ao redor do mundo. O problema tem sido objeto de preocupação internacional desde a década de 90 com ampla visibilidade de agências internacionais como o Fundo das Nações Unidas (UNICEF), Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial. Recentemente, o fenômeno tem ganhado popularidade por meio dos ataques às escolas que ocorrem, principalmente, nos Estados Unidos da América (EUA) e são amplamente divulgadas pela mídia internacionais. No Brasil, nos últimos anos, as ocorrências de ataques nas escolas têm aumentado e gerado pressão da sociedade civil por medidas de enfrentamento à problemática.

Diante do cenário, em 2020, a ONU estabeleceu uma agenda de enfrentamento à violência infanto-juvenil denominada de *Zero Violence Against Children*¹, que coloca a violência escolar como um dos eixos das medidas de enfrentamento a violência infanto-juvenil. A medida tornou as políticas de prevenção e enfrentamento a violência escolar parte da agenda de segurança pública internacional. De forma geral, os programas que mais têm recebido investimentos para implementação e ampliação são as políticas de policiamento escolar que, mesmo com poucas evidências de sua efetividade, continuam sendo ampliados em diversos países e em território nacional.

Os programas de policiamento integral nas escolas, como o estadunidense *School Resource Officer (SRO)* presente em grande parte do país, tem sido objeto de investimentos multimilionários para sua ampliação pelo governo federal dos EUA. Já os programas brasileiros têm sido implementados de forma descentralizadas em programas estaduais e municipais. Na esfera federal, o programa de maior incidência é o Programa Cívico Militar. Implementado em 2019 pelo governo federal na gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro em 216 escolas pelo território brasileiro. Em 2023, a implementação e ampliação do programa foi revogada pela gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, 49 colégios que adotaram o programa em 2019 optaram por manter a gestão cívico-militar.

Entre as políticas estaduais, o Paraná, em 2023, contava com 206 colégios

¹Acesso em: <https://violenceagainstchildren.un.org/content/decade-action-end-violence-against-children>

cívicos militares no modelo estadual do programa, além das 12 (doze) unidades escolares do revogado programa federal, o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares (PECIM), do Ministério da Educação que o Estado assumiu, totalizando 218 colégios do gênero. A proposta atual é de dobrar as escolas neste modelo, que deverão passar para 400, a partir de um investimento adicional de R\$ 30 milhões ao ano do Governo do Estado. Com isso, o Paraná deverá colocar cerca de 5,6 mil policiais militares para atuar nos colégios (AEN, 2023).

O modelo de colégios Cívicos Militares federais e estadual baseiam-se em gestão pedagógica e administrativa compartilhada entre um diretor civil e um diretor militar. No modelo paranaense, além da gestão compartilhada, os monitores dos colégios também são policiais *armados*.

Outro programa de policiamento escolar do Paraná é o Programa Escola Segura. O programa tem uma dinâmica diferente do Cívico Militar. Enquanto o Cívico Militar atua em gestão compartilhada e monitores policiais, o programa Escola Segura prevê a presença de dois militares da reserva, policial ou bombeiro, com intuito, segundo o programa, de promover a integração entre o corpo pedagógico das instituições com os policiais militares, alocados nas escolas para prevenir crimes e delitos e incentivar a participação da comunidade escolar em ações que inibam o tráfico e uso de drogas, violência, *bullying* e dano ao patrimônio público (SESP/PR, 2019).

Implementado em 2019, o Escola Segura foi lançado após o episódio conhecido como *Massacre de Suzano*.² O caso repercutiu amplamente nos canais de imprensa nacionais e internacionais, na população e na arena política nacional. O então recém-empossado governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, aproveitou a janela de oportunidade e anunciou dois dias depois do massacre, no dia 15 de março de 2019, o programa de segurança escolar batizado de Escola Segura (G1, 2019).

O programa foi expandido nesses últimos anos. Atualmente, em 2023, após novos ataques em abril do mesmo ano, o governador do Paraná anunciou a ampliação do programa, que passará de 112 escolas para 300 escolas em todo o estado. O anúncio também relatou que todas as viaturas policiais que não

² O massacre de Suzano foi a invasão escolar por parte de dois ex-alunos de uma escola estadual da cidade de Suzano-SP. Os atiradores mataram 10 pessoas ao total e deixando outras feridas. Um matou o outro e depois cometeu suicídio.

estiverem em atendimento de ocorrências ficarão em frente às escolas para reforçar a segurança dos locais (AEN, 2023). Além disso, muitas escolas que eram vinculadas ao programa Escola Segura deixaram de participar e aderiram ao programa de Colégios Cívico Militares.

Apesar de ampla implementação, os programas de policiamento integral nas instituições de ensino têm sido pouco estudados na bibliografia nacional em comparação com a bibliografia estadunidense, por exemplo, que já possui uma solidez de produção científica sobre o tema. Dito isso, diante do contexto favorável à implementação de políticas do gênero e da escassa produção nacional sobre seus impactos e efeitos nas resoluções dos conflitos escolares, este trabalho buscou contribuir para a literatura nacional por meio da realização de uma pesquisa quase-experimental do programa Escola Segura em colégios localizados no município de Londrina/PR. A pesquisa pretendeu avaliar o impacto do programa nos conflitos escolares registrados em ocorrências documentais de 2018 a 2021 mantidas pela Coordenação Pedagógica dos colégios do estudo de caso. Utilizou-se o método de diferenças em diferenças para avaliar o impacto do programa na quantidade geral das ocorrências e nos tipos de ocorrências. Dois efeitos encontrados na literatura também foram investigados, mas de forma descritiva: a de transferência de autoridade e judicialização dos conflitos escolares.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas visitas *in loco* em dezenove escolas do município de Londrina/PR. Em visita, documentos foram coletados, conversas realizadas, além de observações e anotações sobre a estrutura física das escolas. Das dezenove, somente seis disponibilizaram os documentos para a realização do estudo. O motivo da defasagem na coleta documental se deu pelo período da pandemia de COVID-19 que impediu o funcionamento comum das escolas, com anos inteiros sem registros documentais. Os documentos são mantidos em formas de ATA ou de Ficha de Acompanhamento Pedagógico individual. Ao total, foram coletadas 2.020 ocorrências dispersas em turmas de ensino fundamental e médio nas seis escolas.

O impacto do programa propriamente dito foi possível de ser avaliado somente nas turmas de sétimo ano de uma escola que recebeu o programa no projeto piloto em 2019. A restrição da análise de avaliação se deu pela dificuldade de cumprimento de suposições necessárias para a aplicação do método de diferenças em diferença a partir dos dados coletados. Muitos registros de ocorrências estavam

incompletos e não puderam ser utilizados na avaliação.

O impacto foi avaliado em duas variáveis: 1) na quantidade de ocorrências do ano de 2019; 2) por tipos de ocorrências. Além da avaliação de impacto, foram investigados dois possíveis efeitos encontrados na literatura estadunidense e na nacional. A literatura demonstra como efeitos da presença policial nas instituições de ensino que os policiais passam a ser agentes de solução de conflitos escolares em vez da Coordenação Pedagógica. Esse fato ocasiona duas problemáticas: a transferência da autoridade da coordenação aos policiais, enfraquecendo a autoridade dos professores e do corpo pedagógico; a segunda é a judicialização dos conflitos escolares. Este efeito indica que a presença policial integral nas instituições de ensino ocasiona o maior encaminhamento de conflitos escolares para registros de ocorrências policiais ocasionando a judicialização dos conflitos e maior encaminhamento de jovens ao sistema de justiça.

A investigação sobre os efeitos do programa foi realizada por análise descritiva em ocorrências que ocasionaram o acionamento da patrulha escolar com forma de resolução. Por serem apenas 17 ocorrências em um universo de 2.020, decidiu-se explorá-las de modo descritivo. Além disso, a análise também é contemplada com observações de campo nos períodos de visitas às escolas, conversas com pedagogas, diretores e policiais.

Os resultados da pesquisa indicam que o programa impactou na diminuição das ocorrências gerais, de agressão física e verbal nas turmas de sétimo ano da escola analisada. Ao investigar os conflitos que foram encaminhados para a patrulha escolar a fim de verificar os efeitos do programa, notou-se que as ocorrências de encaminhamento à polícia são, em sua maioria, conflitos de agressão física ou verbal, com poucas incidências de drogas ilícitas ou lícitas ou armas brancas. Não houve qualquer ocorrência com arma de fogo.

Além disso, professores compartilham da sua autoridade com os policiais e os utilizam como reafirmação de sua própria autoridade. As ocorrências encaminhadas à patrulha escolar indicam que a discricionariedade dos atores envolvidos é fundamental nesse processo. Por exemplo, definir o que é uma ocorrência de agressão física que deve ou não ser encaminhada à polícia, depende de quem intermedia o processo. No entanto, não parece haver conflito de autoridade na intermediação do conflito entre a coordenação pedagógica e os policiais. O que modifica com a presença policial é o intermédio entre a

Coordenação e o acionamento à Patrulha, que passa a ser responsabilidade do policial, com pedido da própria Coordenação.

A judicialização dos conflitos escolares, que constitui também objeto desta pesquisa, aborda a possibilidade de aumento no encaminhamento desses conflitos para medidas de resolução jurídica, sendo o primeiro passo desse processo a abertura do inquérito policial. Entretanto, tal procedimento parece não ocorrer no contexto estudado. Das ocorrências encaminhadas e registradas pela patrulha escolar, nenhuma resultou em representação na delegacia, indicando a ausência de abertura de inquérito policial e de encaminhamento dos jovens ao sistema de justiça.

Ressalta-se que esta pesquisa é um estudo de caso e não permite, de modo algum, generalizações. No entanto, pretende-se aqui contribuir com o debate sobre o tema de investigações de políticas de policiamento escolar e de contribuir na discussão sobre a necessidade de implementação de políticas públicas baseadas em evidências, em qualquer âmbito da gestão pública. Isso porque as políticas baseadas em evidências são mais bem planejadas e indicam maior *accountability* e efetividade na tomada de decisões.

No primeiro capítulo, foi realizada uma revisão da bibliografia estadunidense sobre a alocação de policiais às escolas, a partir do maior programa de policiamento escolar do mundo, o *School Resource Officer*. O capítulo apresenta o programa e seu impacto e efeitos nas instituições de ensino estadunidense. O segundo capítulo apresenta ao leitor programas de alocação de policiais nas escolas brasileiras e paranaenses e os possíveis impactos e efeitos de programas do gênero na comunidade escolar. O capítulo metodológico seguinte apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, a escolha dos casos, e das variáveis para a realização da análise. Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa, suas discussões e conclusões.

1 POLICIAIS NAS ESCOLAS: A EXPERIÊNCIA ESTADUNIDENSE

Os dados acerca da violência escolar indicam elevados índices de ocorrências em instituições de ensino ao redor do mundo. A UNICEF publicou um relatório de 2021 baseado em pesquisa realizada em 15 países da América e no Caribe, com os resultados obtidos por meio de levantamentos realizados com 3.600 alunos, todos na faixa etária de 12 a 13 anos. O relatório revelou que 49% dos estudantes pesquisados já foram vítimas de algum tipo de agressão verbal ou física. Adicionalmente, a análise incluiu a avaliação dos programas implementados para prevenção da violência escolar. Na região em questão, foram implementados 93 programas, porém apenas 17 foram submetidos a avaliação de impacto. Cabe destacar que, conforme relatado, as avaliações realizadas ainda apresentaram baixa qualidade metodológica, em parte devido à ausência de contrafactuais.

Números semelhantes foram identificados em países europeus, como na França e Portugal. Em outro relatório publicado pela UNICEF também em 2021, com dados de pesquisa em uma amostra de 12.326 estudantes entre 9 e 11 anos na França, constatou-se que 32% deles foram vítimas de agressão verbal nas escolas, enquanto 35,1% enfrentaram algum tipo de agressão física (Chávez et al, 2021). Em estudo conduzido por Wuilleumier (2019), para o livro organizado por Debarbiex (2019), o autor analisou 13 programas implementados entre 1986 e 2011 no país, indicando que a alocação de policiais nas escolas foi a medida preferida dos programas de segurança escolar nesse período. Segundo Wuilleumier (2019), pesquisas avaliativas chamam a atenção para programas do gênero. Os resultados indicaram que, enquanto os programas aumentavam a sensação de segurança dos atores escolares, pareciam não haver qualquer impacto positivo na questões de vitimização e no consumo de drogas.

Em estudo conduzido por Gomes et al (2013), os autores relataram que a presença policial nas escolas francesas pode ser solicitada pelo diretor da escola ou pode ser iniciativa própria da polícia para conduzir operações de segurança em determinados espaços. Os autores relatam que, desde um acordo firmado em 2004, em cada brigada/batalhão deve haver ao menos um policial correspondente ao estabelecimento educacional próximo.

Já em Portugal, o programa em destaque é o Escola Segura. Implementado em 1992, o programa ainda se encontra em funcionamento. Segundo Gomes et al

(2013), o programa conta com policiais aposentados e professores – que tenham experiência em artes marciais - escolhidos com a ajuda de um comissário de polícia para serem alocados nas escolas como medida preventiva à violência (PORTUGAL, 2011 apud Gomes et al). Além disso, o programa também conta com policiamento móvel. Inspirado no modelo francês, os policiais podem ser acionados pelo diretor ou conduzir operação própria de segurança. O objetivo do programa é atuar de modo a evitar invasões às escolas, prevenir brigas, e coibir a circulação e o uso de drogas (PORTUGAL, 2011 apud Gomes et al).

Nos EUA, relatórios próprios produzidos pelo governo estadunidense também demonstram resultados preocupantes em relação à violência escolar. Em 2001, o *National Crime Victimization Surveys* (NCVS) indicou que 36% dos crimes contra estudantes ocorrem durante a sua presença na escola ou a caminho da escola. Ao considerar todas as formas de crime, 55% ocorrem nessas condições (Devoe et al., 2003). Dados mais recentes coletados pelo Departamento de Educação dos Estados Unidos da América demonstraram que, entre julho de 2008 e junho de 2009, foram relatados mais de 1.2 milhões de crimes não fatais nas escolas, sendo 619.000 furtos e 629.000 crimes violentos. Neste mesmo caso, 8% dos estudantes reportaram terem sido ameaçados ou feridos por uma arma (arma, faca, bastão etc.) dentro da escola (Robers, Zhang, & Truman, 2010).

A violência escolar se torna um problema de agenda pública estadunidense nos anos 90 a partir do famoso atentado de Columbine (Birkland e Lawrence, 2009). Com ampla cobertura nacional e internacional sobre o atentado, a violência nas escolas passa a se tornar preocupação do Governo Federal. Em 1994, o então presidente Bill Clinton sancionou um pacote de medidas denominado *Gun Free School Act* tendo como principal objetivo o combate à violência escolar e a prevenção de atentados do gênero. O pacote encaminhou investimentos federais para a implementação e ampliação de programas de segurança escolar, além de modificações legislativas de políticas de tolerância zero às armas em zona escolar (Johson, 1999; Jennings, 2011; Na e Gottfredson, 2013; Crawford, 2015; Nance, 2016).

Como medida de enfrentamento ao cenário estadunidense descrito acima, diversos programas de policiamento integral e não integral foram implementados. Há programas de policiamento remoto como os GREAT – *Gang Resistance Education and Training Officer*, o DARE - *Drug Abuse Resistance Education*

Officers e o PAT – *Police Athletic Team* que preveem a execução de palestras sobre drogas, crimes e aconselhamentos em prol da prevenção à violência (Johnson, 1999). Entre os programas de policiamento integral, o maior deles é o *School Resource Officer*. O SRO é definido como: “*um policial de carreira, com autoridade e atuante como policiamento orientado para a comunidade, designado pelo departamento de polícia empregador ou agência para trabalhar em colaboração com escolas*”³. Também é definido por Cray (*apud* Umphery, 2009, p.46) como “*um policial juramentado designado para trabalhar em uma escola ou um grupo de escolas para promover um ambiente de aprendizagem seguro para todos os envolvidos.*” Em 2010, o programa já estava presente em 48% das escolas públicas (Beaumont, Garcia, 2010). Em 2020, o programa já estava presente em 62% das escolas públicas estadunidenses.

O maior programa também é o mais avaliado. As avaliações realizadas têm apresentado resultados bastante difusos sobre seu funcionamento. Alguns autores indicam que o funcionamento do programa tem efeito positivo em violências físicas dentro da escola e na sensação de segurança na comunidade escolar (Johnson, 1999; Jennings, 2002). No entanto, outros trabalhos também têm apontado efeitos negativos do programa, tais como o aumento de encaminhamento de jovens – principalmente de jovens negros - ao sistema de justiça. Diversos autores (Kim, Losen e Hewitt, 2010; Heitzeg, 2009; Na e Gotfredson; Kupchik, 2010; Skiba, 2014; Theriot, 2009; Nance, 2016; Tillyer, Fisher e Wilcox, 2010; Crawford e Burns, 2015 e 2016) têm mostrado que, com a presença policial nas escolas e políticas de tolerância zero, as ocorrências de indisciplina que antes eram solucionados no âmbito do corpo pedagógico passaram a ser solucionadas através de medidas policiais e judiciárias. Isso realoca os jovens da escola ao sistema de justiça e, em muitos casos, à prisão. O fenômeno tem sido amplamente estudado e debatido nos Estados Unidos, onde é chamado de *school to prison pipeline*, isto é, “o tubo da escola à prisão”.

Este capítulo explora os efeitos das medidas de enfrentamento à violência escolar implementadas pelo governo estadunidenses. Será apresentado o programa de alocação policial, o *School Resource Officer* e os estudos produzidos

³ De acordo com o *Community Oriented Policing Services* (“COPS”), Programa de Segurança, e Zero drogas nas escolas e na comunidade.

sobre sua efetividade e seus efeitos. O principal efeito: o *school to prison pipeline* será explorado adiante. O capítulo pretende revisar a bibliografia já produzida sobre o efeito para respaldar a hipótese de que o mesmo fenômeno pode estar em andamento no Brasil.

1.1 POLÍTICA DE TOLERÂNCIA ZERO

Um das medidas tomadas pelo *Gun Free School Act* foi a de estabelecer tolerância zero ao porte de armas em zona escolar com o intuito de prevenir possíveis atentados nas escolas. Ao decorrer do tempo, a política de tolerância zero foi ampliada muito além da intolerância as armas de fogo e se estendeu a tolerância zero a qualquer desvio de norma e casos de indisciplina presente na comunidade escolar (Skiba 2014; Heitzeg 2009). Entre elas a falta de uniforme, atrasos, bagunças, brigas, uso de tabaco ou álcool, posse de drogas, entre outros. Alguns estados criminalizaram a interrupção das atividades escolares ocasionadas por brincadeiras em excesso ou casos de ofensas ao professor, mesmo que não física (Nance, 2016). Desse modo, caso um estudante se envolva em briga, responda a um professor, grite, furte uma caneta ou tenha qualquer outro indício de mau comportamento, os policiais têm autoridade para punir esse aluno, independentemente de sua idade (Nance, 2016).

A medida pressupõe que, ao aplicar leis locais às infrações disciplinares, as medidas punitivas mais severas diminuirão a criminalidade juvenil, removerão os “alunos perigosos e problemáticos” das escolas e, principalmente, prevenirão os possíveis atentados escolares (Skiba e Rausch, 2006). Essas medidas foram difundidas nas escolas americanas e presumem que a remoção de alunos que se envolvem em comportamento disruptivo impedirá os outros alunos de serem perturbados e ocasionará em um clima melhor no ambiente escolar (2008, p. 852) Segundo o Departamento de Educação estadunidense, a meta era de, até os anos 2000, todas as escolas do país estarem livres das drogas, violências, armas (*não autorizadas*) e do álcool, oferecendo um ambiente disciplinado propício à aprendizagem (*US Departmente of Education*, 1993).

No entanto, as evidências têm demonstrado outro caminho para as políticas de tolerância zero. A bibliografia deste então tem indicado que as medidas acarretam um número crescente de jovens presos e processados pelos tribunais

estadunidenses por indisciplina nas escolas, chegando a responderem judicialmente pelo ato, e podendo ser encarcerados até mesmo entre os adultos (Heitzeg, 2009). Neste sentido, os jovens são suspensos, expulsos e julgados por qualquer coisa (HEITZEG, 2009, p. 9). Em resumo, as políticas de tolerância zero não distinguem as ofensas por gravidade e nem separam adequadamente os conflitos intencionais sérios daqueles que são de menor grau de seriedade.

Além das modificações no tratamento das ocorrências escolares, outra medida tomada pelo Gun Free School Act que complementa a problemática é o aumento contínuo de investimentos a programas que alocam policiais em período integral às escolas.

1.2 POLICIAMENTO ESCOLAR NOS ESTADOS UNIDOS

Além das modificações na maneira de lidar com os problemas disciplinares nas escolas, o pacote de medidas do Gun Free School Act também disponibilizou fundos federais para a ampliação de programas de segurança escolar, como o aumento de câmeras de segurança, detectores de metal e, principalmente, na ampla presença de policiais nas instituições de ensino por todo o país.

De início, o pacote encaminhou 750 milhões de dólares do fundo federal, prevendo a contratação de 6.500 School Resource Officers (SROs) para atuarem de forma integral nas escolas, tornando o SRO o maior programa de policiamento escolar do país e do mundo (Na e Gottfredson, 2013; Birkland e Lawrence, 2009; Heitzeg, 2009). De acordo com o *Bureau of Justice Statistics Law Enforcement Management* e dos Levantamentos de Estatísticas Administrativas demonstrados no trabalho de Johnson (1999), após os altos investimentos no programa, em 1997, as escolas estadunidenses já contavam com aproximadamente 12.300 SROs empregados por agências policiais locais em todo o país. Em 2003, o número em tempo integral saltou para 19.900. Em 2007, o número total estabilizou e foi de 19.088 (Nance, 2016) para 25.000 SROs atuantes. (*National, association of education statistics*, 2019) Atualmente, o programa está presente em mais da metade de todas as escolas públicas do país, e é o maior programa de policiamento escolar integral do mundo.

A imersão de policiais nas escolas custa caro. Em 2007, para os 19.088 SROs exercerem suas funções em tempo integral, foram investidos cerca de 619 milhões

de dólares, contando salários, equipamentos e deslocamento. Caso cada escola pública estadunidense tivesse, atualmente, um SRO em sua dependência, esse gasto subiria para 3,2 bilhões de dólares ao ano (Nance, 2016, p. 948). O alto custo não assusta os *policy-makers*. O governo federal, os estaduais e locais têm incentivado ainda mais as medidas de segurança escolar e concedido dinheiro para a manutenção do programa (Na e Gottfredson, 2011). Segundo os dados do *National Association of Education Statistics* apresentados em 2018, 61,4% das escolas públicas estadunidenses possuem seguranças em suas dependências. De todas as escolas públicas, 46,7% possuem como seguranças de suas dependências policiais contratados para presença integral e armada nas escolas.

Segundo Nance (2016), a própria implementação do programa é questionável. Isso porque os dados de criminalidade juvenil estavam em queda constante desde 1985 nos Estados Unidos, segundo os dados do *National Center for Education Statistics*. Segundo os dados do *American Institute for Research* que, ao analisar 5.000 mil escolas, encontrou 962.300 incidentes violentos e 476.100 incidentes não violentos durante 2017 – 2018 e reportou apenas 0.4% de incidentes com arma de fogo. (Neiman, DeVoe, Chandler, 2016). É importante notar que, apesar de serem os casos que mais recebem atenção midiática, não são os casos de violência mais presentes no cotidiano escolar.

Nance (2016) sustenta a tese de que a presença policial em ambientes escolares contribui para o processo de criminalização, alinhando-se às políticas de tolerância zero. Conforme a autora, os agentes policiais se envolvem em questões disciplinares que, tradicionalmente, seriam tratadas pelos educadores e que deveriam permanecer sob sua jurisdição. No entanto, os policiais possuem autoridade legal para intervir em quase todos os problemas disciplinares, uma vez que muitas vezes um conflito escolar está na fronteira entre o que é considerado indisciplina e o que é ato criminal. Dessa forma, os policiais emergem como os novos agentes autorizados na esfera da disciplina escolar.

Em conjunto, as políticas de tolerância zero e a presença policial nas escolas causam um efeito adverso à melhoria de segurança e combate à violência escolar. O efeito passa a ser conhecido nas pesquisas estadunidenses como *school to prison pipeline*. O termo elucida práticas disciplinares excludentes, evasão escolar e rigidez na disciplina escolar reflexo das modificações nas leis de penalização juvenil e da crescente presença de policiais nas escolas como fatores

determinantes para o encaminhamento de, principalmente, jovens negros e latinos para prisões. Em resumo, um tubo da escola à prisão. (Theriot, 2009; Heitzeg, 2009; Kim, Losen e Hewitt, 2010; Na e Gotfredson, Kupchik, 2010; Fisher e Wilcox, 2010; Skiba, 2014; Tillyer, Crawford e Burns, 2015, 2016; Swartz, 2015; Nance, 2016; Pigott et al, 2017; Novak, 2017; Morgan, 2021). A seguir serão apresentados alguns dos estudos realizados sobre o School Resource Officer.

1.3 POLICIAIS NAS ESCOLAS ESTADUNIDENSES

O primeiro grande trabalho de avaliação sobre a efetividade dos SROs foi realizado por Johnson (1999). Em seu estudo, a autora avalia o programa e seu impacto sobre a violência escolar e problemas disciplinares em nove escolas de ensino médio e dezoito escolas de ensino fundamental de uma cidade do Sul do país. O trabalho é realizado a partir de duas perguntas: 1) o programa SRO é bem-sucedido no cumprimento de seu objetivo? 2) Quais componentes do programa tem tido um efeito positivo na violência escolar e nos problemas disciplinares? O resultado é obtido através de um procedimento metodológico de cinco passos: descrição qualitativa, entrevista com os gerenciadores do programa, questionário aos SROs para avaliar o programa, questionários à comunidade escolar para avaliar o programa, e análises semanais dos incidentes escolares registrados pelos SROs e pela escola. Os resultados demonstram que a presença de policiais nas escolas analisadas tem um efeito positivo na diminuição da violência escolar e das infrações disciplinares. As variáveis independentes são as medidas de aplicação da lei, medidas de segurança escolar, esforços com agências externas e características demográficas da escola.

Já o trabalho realizado por Tillyer, Fisher e Wilcox em 2010 a partir de uma amostra de 2.644 estudantes do sétimo ano em Kentucky não encontrou resultados significativos a respeito do impacto dos SROs na vitimização dos alunos e em suas percepções sobre o medo de crimes. A pesquisa baseou-se em uma análise comparativa de escolas com estudantes de diversidades étnico-raciais.

Outro estudo demonstrou que os conflitos étnico-raciais nas escolas contribuem para vários tipos de comportamento violentos. (Crawford and Burns, 2016, p. 457). Além disso, os pesquisadores notaram que as características das escolas, incluindo os relatos de *bullying*, localização e atividades de gangues, ofereciam mais poder

explicativo aos vários tipos de violência escolar. (Crawford and Burns, 2015, p. 631).

A relação étnica racial com a violência escolar é o ponto do trabalho desses autores. Segundo eles, a desigualdade étnico-racial e a tensão nas escolas parecem estar positivamente relacionadas ao crime escolar, incluindo crimes violentos (Jenning et al. 2011; Crawford e Burns, 2015). As escolas que possuem em sua maioria jovens negros, possuem mais SROs e seguranças do que as escolas com maioria de jovens brancos. O uso de seguranças armados foi relacionado ao aumento do número de agressões físicas e brigas em escolas de estudantes negros, enquanto foi reduzido em escolas de estudantes brancos. Os autores ressaltam que tais achados demonstram tendências de encarceramento, e que os achados contribuem para a literatura do *school to prison pipeline*.

Exemplificado os casos, ironicamente, ressalta Skiba (2001), as políticas de segurança foram formuladas principalmente pelos tiroteios que ocorreram nas invasões em escolas suburbanas majoritariamente brancas, no entanto, foram implementadas em escolas urbanas com maior presença de estudantes negros, baixa proporção aluno-professor, e pontuação mais baixas nos testes escolas.

Vale ressaltar que Na e Gottfredson (2011) reforçam a necessidade da utilização do contrafactual para realizar estudos de avaliação de impacto do programa em análise. Segundo os autores, até a realização de seus estudos, nenhuma pesquisa do gênero atendeu esse padrão. Os estudos focaram nos papéis desempenhados pelos SROs, fatores relacionados a essas funções, e como os SROs foram implementados. Quando a discussão é sobre os efeitos e impactos do programa, as pesquisas apresentam análises estatísticas descritivas ou simplesmente percepções do programa sobre a perspectiva dos próprios SROs ou dos diretores escolares.

Em sua pesquisa, Na e Gottfredson (2011) utilizam do contrafactual para responder quatro perguntas referentes ao programa: 1) Polícia nas escolas diminui a criminalidade nas escolas? 2) A presença da polícia nas escolas influencia para que comportamentos indisciplinados se tornem processo formal? 3) A presença dos policiais aumenta a disciplinarização severa e práticas excludentes? 4) Há efeito da presença policial desproporcional sobre as minorias e alunos de educação especial?

Os autores utilizaram dados do SSCS, que são coletados continuamente e aleatoriamente com diretores de uma amostra de aproximadamente 3.000 escolas públicas. Os diretores passam os dados sobre as ocorrências violentas e roubos em suas escolas anualmente. Os dados utilizados foram referentes aos anos de 2003-2004, 2005-2006 e 2007-2008. A aleatoriedade possibilita que escolas participem da pesquisa mais de uma vez nesses anos. Então, a pesquisa escolheu uma amostra longitudinal que se refere a um total de 470 escolas no estudo. As variáveis de resposta são os números do crime, porcentagem desses crimes relatados à lei e porcentagem dos crimes os quais os estudantes foram expulsos, transferidos ou suspensos por cinco ou mais dias. Os preditores foram o aumento da presença policial. Diversas variáveis de controle foram utilizadas, como: total de matrículas, porcentagem de estudantes homens, porcentagem de estudantes com deficiências.

Os autores conduziram uma série de análises de regressão, primeiro usando os dados de 2007-2008 e depois usando os resultados de 2005-2006 e 2007-2008 como variáveis dependentes, controlando o nível de crime mensurado na pesquisa anterior para avaliar como o aumento da polícia está relacionado as mudanças de resultado. As variáveis de resultado foram agrupadas por categorias de crime (Na e Gottfredson, 2011).

Os resultados obtidos demonstram que as escolas registram poucos crimes sexuais, roubo e ataques com armas de fogo. O ataque simples, sem o uso da arma, é o crime mais comum registrado pelas escolas, seguido de furto, vandalismo e porte de faca.

Para todos os crimes, exceto delitos menos comuns, a porcentagem de escolas que registram pelo menos um crime é maior em escolas com a presença de ao menos um policial em tempo integral ou outro oficial de aplicação de lei juramentado. *A presença de um policial está associada a mais do que o dobro da taxa de encaminhamentos à aplicação da lei para o crime mais comum encontrados nas escolas: agressão sem arma.*

Para todos os tipos de crime, a resposta mais rígida foi mais provável nas escolas que tiveram a presença de ao menos um policial em tempo integral, ou outro oficial juramentado. A regressão utilizada pelo estudo indica que a presença crescente da polícia nas escolas possui significância positiva relacionada ao aumento de crimes com armas e drogas, e não se relaciona positivamente em qualquer outro tipo de

crime. Um dos efeitos encontrados em situações disciplinares poderia ser redefinido como problemas criminais, o que indicaria a hipótese da judicialização dos conflitos escolares e reforça o fenômeno *school to prison pipeline*. Dessa forma, situações problemáticas antes lidadas a partir das normas escolares e processadas no campo pedagógico, passaram a ser criminalizadas e respondidas judicialmente.

1.4 DA ESCOLA À PRISÃO

Outros trabalhos que pretendem analisar os possíveis efeitos do *School Resource Officer* têm encontrado resultados semelhantes. Os autores Kupchik (2010) e Theriot (2009) avaliam o programa a partir dos registros de prisões em 13 escolas que fizeram a adesão como grupo tratamento e 15 escolas que não aderiram como grupo controle. Theriot (2009), a partir de análises estatísticas, defendeu que a presença de um policial nas escolas diminui a taxa de prisões por agressões e acusações relacionadas à arma, mas aumenta as chances de prisão por 'conduta desordeira'. A partir da realização de um estudo com contrafactual, o autor encontrou que a presença de SROs aumentou taxas de aprisionamento por conduta desordeira, mas diminuiu as taxas de prisão por agressões mais graves e posse de armas.

Kupchik (2010), a partir da realização de uma análise qualitativa do efeito dos SROs, sugeriu que o aumento de policiais nas escolas facilita a formalização de um processo penal por ofensas menores e respostas mais severas às situações disciplinares menores. O estudo indica que o diretor tende a confiar no policial na medida legal a ser tomada referente à ocorrência. Já os policiais tendem a recorrer a definições legais e processamento formal, especialmente quando é uma obrigação agir de acordo com as políticas de tolerância zero. O efeito, segundo o autor, é de que quanto mais o corpo pedagógico tende a depender da polícia para lidar com as ocorrências de casos de indisciplina, mais as responsabilidades tendem a ser transferidas do corpo pedagógico aos policiais.

Um efeito semelhante foi encontrado por Hirschfield (2018). O autor argumenta que o programa faz parte de uma mudança maior em relação à responsabilidade sobre as disciplinas e conflitos do estudante. O programa incentiva as escolas a removerem de suas listas os alunos com desempenhos insatisfatórios e com pouca frequência, logo, "alunos problemas" são removidos das escolas, aumentando a

evasão escolar.

Tais políticas de tolerância zero e outras práticas de exclusão efetivamente aumentam as médias escolares em pontuações de testes padronizados. Os professores e administradores em escolas com SROs têm perspectivas limitadas sobre os estudantes baseadas em expectativas mais baixas de sucesso dos alunos. Assim, utilizam respostas disciplinares excludentes aos “alunos problemas” e justificam a escolha pela razoabilidade do bom funcionamento da comunidade escolar.

Kim, Losen e Hewitt (2010), em seu clássico livro *“The School-to-prison pipeline: structuring legal reform”* ressalta o excesso de confiança em medidas policiais para manter a disciplina. Segundo os autores, a vigilância, os interrogatórios e os testes de drogas são acompanhados com patrulhamento dos policiais pelos corredores, assim como acompanhadas por seguranças privados que podem ser contratados diretamente pelas escolas. Segundo os autores, algumas escolas empregavam unidades caninas, *teasers* e até incursões da SWAT para buscas de armas e drogas (Birkland e Lourenço 2009 apud Kim et al 2010).

Os autores Kim et al (2010) tratam sobre como qualquer coisa pode se tornar motivo de julgamento e tomada de medidas punitivas e o desse processo é devastador. Os jovens que se envolvem com tribunais dificilmente reingressarão no sistema de ensino regular. A grande maioria não vai se formar no ensino médio. As chances de abandono escolar dobram em escolas que possuem o SROs, e, caso tenham que passar por audiência no tribunal, a chance de evasão quadruplica. Ocorre também a redução das perspectivas de emprego, e assim, a comunidade também é afetada. Testemunhas de prisões podem desenvolver desconfiança na aplicação da lei. Os tribunais lotam de casos que poderiam ser resolvidos pelos diretores das escolas, além dos custos com o aumento da desistência, criminalidade e encarceramento de crianças (Kim, Losen, Hewitte, p. 112-113).

Os mais afetados são, desproporcionalmente, jovens pobres, negros e latinos (ABA, 2001). Na Flórida, os jovens negros representavam 22% da população juvenil, enquanto representavam 47% de todos os encaminhamentos por inadimplência. Os jovens portadores de alguma deficiência intelectual representavam 23% de todos os encaminhamentos. Outro estudo descobriu que em uma jurisdição, os jovens negros e latinos representavam 24% do total populacional e 63% das prisões ocorridas nas escolas (Kim, Losen e Hewitt, p.

113). Os jovens negros, em particular, estão em maior risco de serem expulsos das escolas e para o sistema de justiça e/ou em prisões e cadeias para adultos (Heitzeg, p. 2, 2009).

Os casos não são poucos. Heitzeg (p. 10, 2009), em seu trabalho sobre o School to Prison pipeline exemplifica alguns casos coletados junto ao *The Justice Policy Institute* (2009) e *The Advancement Project* (2005):

Em Ponchatoula, Louisiana, uma criança de 12 anos que foi diagnosticada com transtorno hiperativo alertou as crianças na fila do almoço para não comer batatas, ou 'iria pegá-las'. A criança foi suspensa por dois dias do colégio e encaminhada à polícia com acusação de ameaça terrorista. A criança ficou presa por duas semanas enquanto aguardava julgamento (Heitzeg, p. 10, 2009).

Em São Petersburgo na Flórida, uma menina de 5 anos foi algemada e presa detida por fazer "birra" e perturbar uma aula." (Heitzeg, p. 10, 2009).

Em Palm Beach, Florida, um estudante com deficiência intelectual foi encaminhado à direção com acusação de furtar \$2 de outro estudante. A direção o encaminhou à polícia. Na delegacia, foi autuado por furto e encaminhado para seis semanas em uma cadeia para adultos mesmo sendo réu primário. Quando a mídia local criticou a decisão do promotor de encaminhar o estudante à prisão adulta ele deu a resposta: 'tratar esse crime como se não fosse nada mais do que apenas um furto ajuda a promover a violência nas escolas (Heitzeg, p. 10, 2009).

Em Orlando, Florida, um policial utilizou 'teaser' em uma estudante de 11 anos. A estudante enfrentou acusações de agressão a um oficial de segurança, interrompimento da dinâmica escolar e resistência com violência. Ela havia empurrado outro aluno (Heitzeg, p. 10, 2009).

O relatório da *American Psychologist* (2008) também exemplifica outras ocorrências efeito da tolerância zero. Conforme relatado no *St. Petersburg Times* ('Intolerância Educacional', 2001),

[...] uma menina de 10 anos encontrou uma pequena faca em sua lancheira colocada lá pela mãe para cortar uma maçã. Embora ela imediatamente tenha entregado a faca para sua professora, ela foi expulsa da escola por possuir uma arma branca.

Em outro caso, um adolescente foi expulso por violar a regra de falar com a sua mãe em um celular enquanto estava na escola – sua mãe estava em missão como um soldado do Iraque e ele não falava com ela há 30 dias (Torpy, 2005 apud *American Psychologist*, 2008).

Em resumo, as avaliações apresentadas demonstram que o programa, além de não ser eficaz como forma de combate à violência escolar, também acarreta um grave efeito: *o school to prison pipeline*.

Em tradução literal, o termo se aproximaria de algo como “o tubo/conector da escola à prisão”. O “tubo” indicaria o conjunto de medidas – políticas de tolerância zero e presença policial – que interferem e possuem papel fundamental no encaminhamento de jovens que vão direto da escola à prisão. É um termo já consolidado nas pesquisas estadunidenses sobre o assunto. Neste trabalho, o fenômeno foi investigado de modo a avaliar se o mesmo efeito de programas policiais nas escolas pode estar ocorrendo em programas no Brasil e, especificamente, em Londrina/PR.

2 POLICIAIS NAS ESCOLAS: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

A violência escolar no Brasil acompanha a mesma tendência dos índices internacionais. Segundo o mesmo relatório da UNICEF sobre os países da América e do Caribe do ano de 2021, 43% dos estudantes brasileiros já sofreram violência verbal ou física nas escolas. Como medidas de combate ao fenômeno, Gomes et al (2013) relataram a mesma tendência internacional de implementação de programas de segurança escolar baseada no policiamento das escolas. As políticas nacionais incluem políticas de patrulhamento escolar, criação de batalhões próprios – BPEC, execução de palestras e participações periódicas dos policiais nas escolas através de programas já consolidados, como o PROERD, entre outras medidas que se tornaram populares a partir da década de 90.

Atualmente, o aumento do *lobby* policial e a participação de militares na gestão pública do governo Bolsonaro ampliou a militarização de políticas educacionais. O contexto brasileiro se mostra favorável à alocação de policiais às instituições de ensino não somente periodicamente, mas também de forma integral. Programas do gênero têm sido implementados em escolas em todo o território nacional.

Gomes et al (2013) ao analisarem políticas do gênero em Portugal, França e Brasil relataram que no Brasil os policiais têm assumido papéis superpostos. Os autores relataram que muitos policiais exercem ações de cunho pedagógico e informais nas escolas fora do horário de aula, como prática de esporte, artes marciais e, principalmente, aconselhamentos no convívio do cotidiano escolar contribuindo na prevenção ao envolvimento com atividades ilegais. No entanto, os autores ainda frisam que algumas ações no cotidiano escolar de cunho autoritário poderiam reforçar aos alunos a chamada ‘cultura do medo’.

Segundo os autores, “as ações educativas informais se contradiziam, criando uma confusão de valores, de imagens e de critérios de legitimação da autoridade. Isto era agravado, segundo depoimentos de alguns alunos, por agressões físicas por policiais e por omissões destes (diante de brigas), no interior da escola e fora da mesma.” O estudo realizado também constatou que uma parte dos diretores apoiava a transferência de sua autoridade para o policial na resolução dos conflitos do cotidiano escolar. Segundo os autores, a transferência de autoridade na resolução dos conflitos diminui a legitimidade das decisões da direção perante os alunos e comunidade. Essa transferência de autoridade deixa de exercer a função

educadora, disciplinadora e preventiva da violência.

Os autores ainda questionam quem são os alvos das punições mais graves e o que influencia na decisão tomada pela polícia na atuação da resolução do conflito. Segundo Souza e Gomes (apud Gomes et al 2013) a “cor da pele, renda e área em que vive e escolas em que estudam tornam parte dos jovens internacionalmente alvos preferenciais de revistas e abordagens policiais, não raros violentos, por critérios de eficiência que, entretanto, se traduzem em discriminação social, étnica, econômica, etária e de sexo.” Por isso, segundo os autores, é necessário impedir que educadores renunciem às suas funções típicas e autoridade e transfiram para os policiais.

Nesse sentido, este capítulo pretende investigar a presença policial nas escolas brasileiras e os possíveis efeitos das políticas do gênero. Em um primeiro momento, será apresentado alguns dos principais programas de policiamento escolar periódico e integral do Brasil, além do histórico do policiamento escolar do Paraná. Em um segundo momento será apresentado o programa objeto deste estudo, o programa Escola Segura. O programa é apresentado de acordo com os decretos pelo quais foi implementado, da atuação dos burocratas de nível de rua no processo de implementação e do seu funcionamento no cotidiano. Para a coleta desses dados, foram realizadas pesquisa documental com os decretos e manifestações dos principais grupos envolvidos na implementação: policiais e professores, observação do campo nos momentos de coleta de dados. Por fim, serão apresentados dois dos possíveis efeitos de programas de policiamento escolar no Brasil: a perda de autoridade docente e a judicialização das relações escolares.

2.1 PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR NO BRASIL

Os programas de prevenção a violência escolar passam a ser implementados nas escolas brasileiras a partir do final da década de 80 e início da década de 90. Em seu trabalho intitulado de “Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil”, Gonçalves e Sposito (2002) traçaram um panorama das políticas públicas implementadas na década de 90 em três capitais: Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Em seu estudo, mostram algumas experiências de combate a violências escolares pensadas a partir da participação da comunidade escolar, da ocupação do espaço escolar pelos jovens.

Um dos programas do gênero foi implementado em São Paulo. Conhecido como RAP, o programa foi implementado no então governo da prefeita Luiza Erundina e previa a discussão sobre racismo e violência nos espaços escolares como medida de prevenção a violência entre os alunos e as depredações do espaço escolar (Sposito, 1994). O programa também previa a abertura das escolas durante os finais de semana com o intuito de estabelecer relações mais próximas entre a escola e a comunidade escolar incentivando a participação e presença no espaço escolar. Não houve estudo sobre o impacto do programa, mas houve relatos de experiências demonstrando que, apesar da participação e ampla adesão ao programa por parte dos estudantes, o maior problema encontrado foi a falta de incentivo para atuação de funcionários aos finais de semana e um projeto pedagógico preparado. (Gonçalves e Sposito, 2002).

Em contrapartida ao incentivo à ocupação da comunidade escolar ao espaço escolar, outras medidas também foram implementadas em São Paulo como o patrulhamento escolar, presença de zeladores e instalação de câmeras nas escolas. Enquanto medidas de participação e ocupação do espaço escolar são deixados de lado, a ocupação policial cresce. É neste período que se torna comum a presença de policiais nas escolas consideradas de grande risco na Grande São Paulo. (Fukui, 1992 apud Gonçalves e Sposito, 2002).

Tendência internacional, tais medidas entram na agenda dos gestores públicos e são implementadas e ampliadas por todo o território nacional. Os autores (2002) relatam que a herança das primeiras alocações de policiais às escolas é que episódios de indisciplina que ocorriam foram da sala de aula passaram a se tornar demanda de interferência policial e registrados em ocorrências, como brigas entre alunos e ameaças de agressão (Gonçalves e Sposito, 2002).

O programa foi avaliado por Silva (2010) e Stival (2011). O trabalho de Stival (2011) analisou o programa a partir de dois colégios localizados na periferia de Curitiba para responder a seguinte pergunta: como as políticas públicas estão atendendo a questão da violência nas escolas no Estado do Paraná? A partir de observação sistemática e análise documental os resultados indicaram que a escola reconhece a importância da ação policial nestes espaços e desconhece as possíveis implicações que sofre a partir dessa ação. Além disso, a escola possui uma dinâmica escolar na qual prevalece a cultura do medo, já que a escola utiliza elementos coercitivos e autoritários para lidar com determinados problemas da

prática educativa.

Os mesmos elementos coercitivos e autoritários são encontrados em trabalho realizado por Silva (2010). Segundo o autor, os dados registraram a crise da autoridade escolar, que apresentava como pressupostos básicos a crise de convivência, a descrença no trabalho docente e o desenvolvimento de sociabilidade violenta entre os jovens. A retroalimentação destes elementos legitimava a entrada da polícia nas escolas, para suprir as dificuldades de controle destas. Com isso, não só se transferia parte das responsabilidades escolares aos policiais, como se reforçava um controle social autoritário, num “contexto de anomia, desordem, descrença e desgaste” (SILVA, 2010)

Dos programas de presença periódica dos policiais nas escolas, o programa PROERD (Programa Educacional de Repressão às Drogas e à Violência) existe há 26 anos (Sanchez et al, 2022). Inspirado em programa similar denominado DARE já há muito implementado nos Estados Unidos, o programa prevê a presença de policiais temporariamente nas escolas para a execução de oficinas sobre *bullying*, consumo de drogas e prevenção à violência escolar. No Brasil, o programa foi exportado para todos os estados do país e está em funcionamento até hoje em todo o território (Blasius, 2014). Atualmente o programa é chamado de PROERD/Caindo na real, sendo adaptado de acordo com o programa estadunidense Keepin' it REAL. (Sanchez et al, 2022). Saudoso para a juventude que frequentou as escolas públicas estaduais nos anos 2000, possui mais recordações do que efetividade.

O trabalho de Sanches et al (2022) avalia a efetividade do programa PROERD através de uma pesquisa quase experimental realizada com um total de 1.727 estudantes do 5º ano e 2.303 estudantes do 7º ano, num total de 30 escolas estaduais divididas entre grupo tratamento e grupo controle. Em seus resultados, os autores evidenciaram que o programa não possui efeito no retardamento ou redução a iniciação e o consumo de drogas. Em análise sobre o *bullying* também não foram encontrados resultados que indiquem impacto positivo do programa.

Em outro trabalho, Stelko-Pereira e Williams (2016) também realizaram uma avaliação do PROERD. Este estudo avaliou a implementação do programa na diminuição dos níveis de violência escolar, maximização da participação dos estudantes e melhoria do bem-estar dos professores. A análise foi realizada em duas escolas públicas de alta vulnerabilidade com um total de 71 estudantes (21 escolas do grupo tratamento e 50 do grupo controle) e 13 educadores (8 do grupo

tratamento e 7 do grupo controle).

Antes e depois da intervenção foram aplicadas a Escala de Violência Escolar, Escala de Aderência Escolar (estudantes), Questionário Geral de Saúde de Goldberg, Escala de Violência Escolar (professores). Oito dias depois de finalizada a intervenção foram aplicadas novamente só na escola de intervenção. O PROERD consistiu em doze sessões de apresentações, discussões e exercícios de 90 minutos para os educadores na prevenção da violência escolar.

Como resultado foi encontrado uma diminuição significativa no autoreporte da violência dos estudantes e dos problemas de saúde mental dos professores em comparação com a escola controle. No entanto, o programa não teve resultado positivo na participação escolar e nem da diminuição da vitimização dos estudantes e dos professores. Os níveis mais baixos de violência entre os estudantes se mantiveram nas avaliações. A conclusão dos autores foi que, apesar das limitações do estudo, os achados são alarmantes ao considerar que o programa é amplamente difundido no território nacional e outros programas do gênero estão sendo implementados.

A cidade de Belo Horizonte foi palco de outro programa de policiamento que, diferentemente dos já apresentados, este prevê a permanência integral dos policiais nas escolas. O programa chamado de Anjos da Escola estabelecia policiamento das escolas da cidade com a presença policial de forma integral, mas sem o uso de uniforme e sem o porte de arma (Windson, 2008). Os resultados do estudo de Windson (2008) indicaram amplo apoio dos educadores, mas dissenso entre os alunos. Nos alunos foi demonstrado sentimentos de intimidação e medo, mas também sentimentos de maior segurança.

De modo mais incisivo, o governo do estado de Goiás não apenas alocou policiais em período integral às escolas do estado, como reestruturou a direção de escolas estaduais em escolas de modelo cívico militar. O modelo de escola cívico militar prevê presença policial como monitores escolares e uma direção dupla, com um diretor cívico e outro militar. Recentemente, com a ampla participação de militares em políticas educacionais no governo federal, o então presidente Jair Bolsonaro disponibilizou incentivo monetário a escolas que aderissem ao movimento de reestruturação cívico-militar. Desde então, o programa tem sido ampliado e outros estados têm acompanhado o movimento e reestruturado diversas escolas públicas no mesmo modelo. O mesmo modelo de escola já se

encontra em estados do Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros. Referência na relação polícia e escola, o governo do estado do Paraná, além de aderir prontamente ao programa federal dos colégios cívicos militares, também deu seus próprios passos para a alocação de policiais nas escolas desenvolvendo suas próprias escolas cívicos militares.

O estado do Paraná é referência na relação entre polícia e escola. Atualmente o estado conta com o maior contingente de escolas cívicos militares do Brasil, superando o próprio governo estadual. Em tempos longínquos, diversas escolas públicas do estado possuíam casas dentro das escolas as quais moravam policiais. O programa caiu em desuso, mesmo que não seja impossível encontrar policiais morando em algumas dessas casas.

Blasius (2014) relembra que na década de 80, foi criada no Paraná a companhia de polícia feminina (CiaFem), cuja atribuição específica era de atender às ocorrências que envolviam mulheres, bem como prestar policiamento preventivo nas escolas, atendendo às necessidades dos estudantes e do corpo de professores e funcionários (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ apud Blasius, 2014). As ocorrências referentes às escolas eram atendidas e administradas especificamente pelas CiaFem. O programa atuou em diversas cidades do estado, inclusive em Londrina. Em 1994, o programa foi encerrado. A CiaFem foi destituída e as policiais foram direcionadas aos batalhões de sua área de atuação. Segundo o autor, as ocorrências eram atendidas e administradas especificamente pelas CiaFem (Blasius, 2014)

A partir de 94, a PM do Paraná implementou um programa chamado Galha Azul. (Silva, 2010) O programa pretendia o trabalho ostensivo da polícia – duas policiais – a partir de rondas em viaturas em locais perigosos, além de visitas programadas em instituições escolares de Curitiba com o intuito de melhorar a sensação de segurança. O programa foi ampliado em 97 para colégios de outros municípios do Estado. (SILVA, 2010, p. 43)

Em 2003, um projeto denominado como “Por uma Escola mais Segura” estabeleceu diretrizes de trabalho à atuação da patrulha escolar e firmou a parceria entre escola, polícia e comunidade a partir de ações preventivas e “atuando apenas em segundo plano ou de forma supletiva na repressão de crimes e atos infracionais.”. (Silva, p. 43). Inicialmente criado para atender as ocorrências escolares na região metropolitana de Curitiba-PR, o projeto foi posteriormente

ampliado e convertido no programa que se tornou a Patrulha Escolar Comunitária, que se difundiu por todo o estado paranaense a partir dos batalhões de polícia. Em um segundo momento a Patrulha Escolar se converteu em um batalhão próprio, conhecido como Batalhão de Polícia Militar Escolar Comunitário, o BPMEC. (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ apud Blasius, 2014).

A relação histórica da presença policial nas escolas do Paraná se mantém atualmente. Além dos colégios cívicos militares, de colégios militares e do contingente da patrulha escolar, o então governador Carlos Massa ‘Ratinho’ Junior em 2019 também lança outro programa de “combate à violência nas escolas” denominado de Escola Segura. O programa não pretende a transformação da direção das escolas em modelos cívico-militares, mas prevê a permanência de policiais no espaço escolar em período integral. Passo agora a caracterizar esse programa, que será analisado na presente dissertação.

2.2 PROGRAMA ESCOLA SEGURA

No dia 13 de março de 2019, no município paulista de Suzano, a escola professor Raul Brasil foi invadida por dois ex-estudantes do colégio, um de 17 anos e outro de 25 anos. Ambos entraram no colégio e atentaram contra a vida dos estudantes e funcionários. No total, 10 pessoas foram a óbito. A brutalidade do crime amplamente divulgado pelas mídias chocou a sociedade civil. No âmbito político abriu-se uma *janela de oportunidade* para a implementação de programas de segurança escolar em diversos *âmbitos nas arenas decisórias/nas esferas de decisão/poderes legislativos e executivos/* proporcionadas pela cobertura em massa da mídia sobre o ocorrido. O então governador do estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior aproveita do momento de aprovação do debate público e anuncia o programa de segurança Escola Segura.

O programa foi publicado no Diário Oficial de 15 de março de 2019 a partir de dois decretos: decreto 841 e decreto 973. O primeiro legisla sobre o *chamamento de militares estaduais inativos da PMPR, para exercer atividades junto ao Poder Público no Estado do Paraná*. Em resumo, o decreto coloca a atividade administrativa da Polícia Militar a guarda e administração interna da segurança dos prédios públicos dos poderes executivos, legislativo e judiciário, ministério público e tribunal de contas e escolas estaduais visando garantir a incolumidade das

pessoas, dos edifícios e atividades do ente público, bem como as burocráticas da administração da PMPR. Dois são os incisos que valem destaque para este estudo.

O inciso V define como atividade administrativa *aumentar os fatores de proteção e diminuição de riscos que envolvem situação de insegurança no ambiente escolar e de seus integrantes (estudantes, professores, direção e funcionários), com adoção de ferramentas preventivas e de ações de polícia comunitária escolar, aplicados pelos militares estaduais do CMEIV*. Este inciso possibilita a adoção de ferramentas preventivas e ações de polícia comunitária escolar. O termo *ferramentas preventivas* abre um leque de possibilidades para a discricionariedade de suas ações. Nesse termo cabe tanto atuações que foram relatados em campo de policiais que exerciam outras funções dentro do colégio, como professores de artes marciais, professores de música. Também possibilita as revistas de estudantes, por exemplo. O parágrafo único também merece destaque ao determinar que os policiais podem intervir em caso de flagrante delito ou emergências nas imediações dos locais de exercício da atividade ou por solicitação. Ambos os incisos são fundamentais. O inciso V define quais são as possibilidades de atuações dos policiais dentro das escolas e o parágrafo único define quais são as atuações dos policiais nas imediações do colégio.

O segundo decreto lançado no dia 15 de março legislou sobre a autorização do chamamento, ou seja, lançamento de edital de contratação, de 80 militares estaduais inativos, custeios do programa, remuneração dos contratados. O primeiro edital lançado declarava no item 6.3 que o *integrante do CMEIV receberá diárias especiais no valor de R\$ 113,00 por dia trabalhado*. O valor foi rechaçado pela categoria e não teve adesão. Um segundo edital foi lançado com a alteração do mesmo item 6.3, *o integrante do CMEIV perceberá diárias no valor constante do Anexo único no decreto 841 (...)*. O valor que deixa de ser diário e passa a ser uma remuneração mensal agrada a categoria e há uma ampla adesão ao edital, com remuneração mínima de R\$ 3 mil mensais, com valores superiores para cabos (R\$ 3,3 mil) e terceiros (R\$ 3.564) e segundos sargentos (R\$ 3.813).

O sindicato dos professores do Paraná (APP-Sindicato) se mostrou contra o programa ao lançar o 'Manifesto por uma educação humanizadora – contra o projeto do governo do Paraná de mercantilização' no dia 25 de maio de 2019. Com inúmeras críticas as posturas tomadas pela Secretaria da Educação e do Esporte e pelo governo do Estado, uma delas é sobre o programa Escola Segura:

que lugar de polícia não é dentro da escola, que se reduz a política de segurança ao combate à criminalidade com medidas de repressão e ressaltam a necessidade de investimentos públicos nas condições estruturais dos colégios e inúmeras medidas que, segundo o manifesto, colabora no combate ao fenômeno estrutural da violência e precisam ser apresentadas e discutidas pelas comunidades escolares, como contraposição à proposta de policiamento que o Programa Escola Segura prevê.

Apesar do manifesto, não houve muito a ser feito frente a opinião pública e a exclusão desse grupo no processo decisório da política. Por fim, foi com uma janela de oportunidade aberta pela ampla cobertura midiática, tomadores de decisões afoitos e atropelamento dos processos decisórios a partir da exclusão de grupos de interesse do processo, que o programa foi implementado⁴.

A cerimônia de lançamento do programa ocorreu no dia 17 de maio de 2019 em uma das maiores escolas da cidade de Londrina localizada na região norte da cidade. Em palco, o governador, ao lado de seus secretários, lançou o programa Escola Segura ressaltando a importância do programa tanto para a segurança escolar quanto para a região do entorno das escolas. Estudantes de um colégio militar também participaram da cerimônia. Enfileirados e com o hino nacional decorado e salteado, eram exibidos pelos seus professores militares como os exemplos de disciplina frente a gama dos outros estudantes que gritavam, conversavam e cantavam, até o ponto de terem suas atenções chamadas pelos seus professores.

O programa Escola Segura foi implementado no dia 13 de maio de 2019. No projeto-piloto de implementação 100 escolas de três regiões do estado do Paraná receberam o programa: as regiões de Foz do Iguaçu, Curitiba e de Londrina. No decorrer de 2019 foram realizadas pesquisas midiáticas e entrevistas com diretores para analisar o funcionamento do programa com indicadores de seu funcionamento. Com feedbacks positivos pelas diretoras e diretores, o programa foi ampliado em mais cinco escolas somente em Londrina. Já em 2020, o programa foi ampliado novamente com mais 27 escolas em fevereiro, sendo 20 delas na cidade de Londrina e com a previsão de chegar a mais de 150 escolas pelo estado. Em março do mesmo ano a pandemia do COVID-19 paralisou o mundo. No entanto, apesar

⁴ Na época do lançamento do programa eu fazia parte do programa 'Residência Pedagógica' em um colégio estadual de Londrina-PR. Segundo relato da diretora, a secretaria entrou em contato com diversas escolas estaduais da cidade para oferecer a implementação do programa nas escolas. No caso, a escola que eu estava recusou o programa.

da paralisação das aulas presenciais e a forma remota das aulas, os policiais se alocaram nas escolas mesmo sem a presença dos alunos. Os funcionários continuaram a atuar nas escolas mesmo sem o corpo estudantil. Atualmente algumas escolas deixaram o programa para aderir ao colégio cívico-militar.

São vários os motivos para a modificação de programa por parte da escola. O principal motivo é que, ao aderir o programa cívico-militar do governo federal, a escola recebe recursos. Além disso, o medo generalizado sobre a invasão das escolas nos últimos anos faz com que programas do gênero sejam apoiados.

Para atingir o objetivo, será estudado o programa Escola Segura na cidade de Londrina/PR. Implementado em 2019 pelo governador do Paraná, o programa foi lançado após o episódio conhecido como *Massacre de Suzano*.⁵ O caso repercutiu amplamente nos canais de imprensa nacionais e internacionais, na população e na arena política nacional. O então recém-empossado governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, aproveitou a janela de oportunidade⁶ e anunciou dois dias depois do massacre, no dia 15 de março de 2019, o programa de segurança escolar batizado de Escola Segura (G1, 2019). A solução à problemática da violência escolar, segundo o programa, é a de promover a integração entre o corpo pedagógico das instituições com os policiais militares, alocados nas escolas para prevenir crimes e delitos e incentivar a participação da comunidade escolar em ações que inibam o tráfico e uso de drogas, violência, *bullying* e dano ao patrimônio público (SSP/PR, 2019).

O funcionamento do programa é basicamente o seguinte: dois policiais ou bombeiros militares da reserva são designados para trabalhar nas escolas em jornadas de oito horas diárias cada. Os militares trabalham em rodízio de turno: um das 7 às 15 horas e o outro das 15 às 23 horas. As escolas foram selecionadas pela Polícia Militar e pela Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná de acordo com o tamanho (quantidade de alunos e turnos), os problemas de segurança enfrentados e a concordância das instituições em participar do

⁶ “As dinâmicas dos problemas, das políticas públicas e do próprio jogo da política têm, cada uma, vida própria. (...) No entanto, em alguns momentos essas três dinâmicas se unem. Um problema urgente demanda atenção e uma proposta de política pública é associada ao problema e oferecida como solução. Este momento é uma janela de oportunidade. (...) Janelas abertas apresentam oportunidades para que haja uma ligação completa entre problemas, propostas e política, e assim criam oportunidades de introduzirem-se pacotes completos com o três elementos para o topo das agendas de decisão.” (Kingdon, 2006)

programa⁷ (NA/PR, 2019). Implementado nas escolas estaduais no dia 13 de maio de 2019, o programa Escola Segura foi bem recebido pela população e, no final de 2019, já estava implementado em 77 escolas estaduais e atendia cerca de 81.7 mil estudantes.

Em janeiro de 2020 o programa já havia alcançado 107 instituições de ensino e cerca de 100 mil alunos (NA/PR, 2019). Até o final de 2020 a meta do governo era expandir o programa para mais 150 escolas e incluir localidades além da Região Metropolitana de Curitiba, Londrina e Foz do Iguaçu – mais precisamente Cascavel, Francisco Beltrão, Maringá, Paranaguá, Pato Branco e Ponta Grossa. A ampliação do programa foi prejudicada pela suspensão das aulas presenciais na rede estadual de ensino em decorrência da pandemia do Coronavírus, mas a aposta do governo do estado no programa estava nítida.

O programa não deixou de ser ampliado. Em 2023, após casos de invasão escolar com vítimas fatais, o programa recebeu outra ampliação de escolas e um contingente de policiais.

O programa Escola Segura se baseia na permanência de dois oficiais da reserva nas dependências dos colégios. Um das 07 às 15 e outro das 15 às 23. Desse modo, todo o horário letivo estaria coberto pela presença dos policiais. Sua atuação presume a prevenção de crimes dentro das escolas e no entorno das escolas. Muito bem recebido pela opinião pública, o programa se torna a menina dos olhos do governador e de seus secretários. No entanto, no anseio para se aproveitar do momento midiático, parece que os tomadores de decisão deixaram de fora do processo decisório dois dos grupos de interesse fundamentais para a implementação do programa: a categoria dos policiais da reserva e a categoria dos professores. Mas, mais do que isso, assim como as outras políticas implementadas, deixam de lado as evidências já produzidas sobre programas do gênero.

São poucos os estudos produzidos que avaliaram os programas de policiamento escolar. Em sua maioria, as pesquisas realizadas analisam a qualidade da atuação dos atores a partir da avaliação dos participantes, a sensação de segurança da

⁷ Antes do início do programa, os policiais foram submetidos a um treinamento de 20 horas e os diretores a uma oficina de cerca de 4 horas de duração para explicar o funcionamento da política. Uma das preocupações centrais desses treinamentos foi compartilhar instruções para que os policiais atuassem apenas nas situações de Ato Infracional, deixando as de caráter disciplinar à cargo do corpo pedagógico das instituições de ensino. (NA/PR, 2019)

comunidade escolar e opiniões sobre o funcionamento ou não do programa. As avaliações raramente são de impacto do programa.

Um dos poucos, foi realizado por Lopes e Rossato (2023), no trabalho ‘Quando a polícia militar vai à escola: uma avaliação de impacto do programa Escola Segura’. O trabalho pretendeu também avaliar o impacto do programa Escola Segura, mas nas ocorrências de entorno dos 200 metros das escolas do estudo de caso nos registros mantidos pela BPEC de Londrina. Os resultados indicaram que o programa não teve impacto nas ocorrências do entorno.

Este tópico revisou tantos os poucos estudos avaliativos encontrados na bibliografia nacional quanto os estudos gerais sobre os possíveis efeitos de programas do gênero.

2.3 O QUE SE SABE SOBRE POLICIAIS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Os estudos e avaliações sobre os programas nacionais de policiamento escolar tem demonstrado tanto a inefetividade na diminuição da violência escolar como também tem demonstrado efeitos negativos das políticas do gênero. Autores indicam que a presença policial tem relação direta com a crise de autoridade do corpo pedagógico e dos docentes (Gomes et al, 2013; Cardoso, 2013; Stival, 2010; Silva, 2009), outros autores ao tratarem sobre a perda da autoridade docente e do corpo pedagógico ainda ressaltam o fenômeno de judicialização das relações escolares (Aquino, 1998; Carbone e Menin, 2004; Cardoso et al, 2013)

Aquino (1998) ao tratar sobre a crise da autoridade, contribui para que outros atores emerjam para suprir o espaço de tratamento dos conflitos escolares. Esses novos atores escolares são os policiais. Antes do lado de fora das escolas com contribuições periódicas e de patrulhamento escolar, agora os policiais têm sido alocados para *dentro* das escolas a fim de suprir a perda de autoridade do corpo pedagógico e prevenir a violência escolar. Os policiais emergem como uma salvação nas instituições escolares para que os alunos sejam disciplinados e permaneça a manutenção da ordem no ambiente escolar com discurso.

Outros autores como Carbone e Menin (2004) em pesquisa realizada na cidade de Presidente Prudente, analisa qual o papel da polícia e da escola nas resoluções do conflito escolares e qual a opinião dos estudantes sobre as medidas tomadas sobre o que é justo e injusto. Foi aplicado questionário aberto a 480 alunos da oitava

série – atual nono ano, e primeiro ano do colegial no ano de 1999. O segundo questionário foi aplicado no ano de 2005 aos estudantes da quinta série - atual sexto ano.

As conclusões encontradas reforçam que a direção demonstra fraqueza quando solicita a ajuda de policiais para solucionar problemas disciplinares de ordem escolar e não judicial. Os problemas escolares, segundo os estudantes do colégio particular, estão fortemente convencidos (77%) de que é função da escola e não da polícia a resolução. O mesmo ocorre com alunos de escola pública (67%). Não se verificou diferença significativa entre as escolas. Os alunos de ambas as escolas não aprovam o fato de a escola ter que chamar a polícia para o restabelecimento da ordem, pois segundo eles, isso é função estritamente da escola. Souto Maior Neto (2010, p.6) declara a necessidade da resolução desses conflitos pelo corpo pedagógico e não pelos policiais. Estes, muitas vezes, substituíam até mesmo as funções de orientação e supervisão educacional.

Cardoso et al (2013) relatam as controvérsias nos poucos estudos realizados. Estes autores realizaram uma pesquisa em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) sobre a participação do policial no ambiente escolar. As perguntas são: o policial favorece a segurança e proteção? Como os funcionários avaliam a atuação do policial na escola? A pesquisa se deu pela realização de entrevistas com quatro diretores, oito membros do Conselho de Segurança Estadual e sete policiais, grupos focais com ao todo 73 alunos, questionários aplicados a 99 professores e 615 alunos, em quatro escolas da rede públicas incluídas entre as mais violentas.

A atuação policial é baseada na discricionariedade, mas também no seguimento de normas e regras de atuação. Os conflitos que podem ocorrer nas escolas como brigas, por exemplo, se enquadram no código penal e podem ser respondidos por criança ou adolescente como ato infracional. Dessa forma, uma briga que pode ser tratada tanto dentro do âmbito pedagógico como problema disciplinar também pode ser tratado como ocorrência policial a depender da tomada de decisão do policial. A decisão passa a caber a ele com a sua presença integral nas escolas. Nesse sentido, as ocorrências que se enquadram em condutas cabíveis de ato infracionais passariam a ser assim tratadas podendo ser punidas com medidas socioeducativas.

Sobre como fazer a distinção dos atos indisciplinados e dos atos infracionais, um

dos Núcleos Regionais de Ensino do Paraná⁸ tem recomendações próprias: “A conduta do estudante caracterizada como indisciplina não corresponde a uma infração prevista na legislação. A conduta caracterizada como ato infracional tem infração prevista na legislação, como no Código Penal ou na Lei de Contravenção.”

Segundo o ECA, mais especificamente o art. 103, o ato infracional é “a conduta descrita como crime ou contravenção penal”.

Segundo o Núcleo Regional de Ensino de Londrina, um adolescente que cometer um ato infracional *grave* na escola, será responsabilizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das sanções disciplinares a serem impostas pela Escola. Agora, se o ato for de indisciplina - e não ato infracional - praticado por criança ou adolescente, a competência para lidar com a situação é da própria escola. Segundo as recomendações, a falta disciplinar deve ser ‘apurada pelo Conselho de Escola que, em reunião específica deverá deliberar sobre as sanções a que ele estaria sujeito, dentre as elencadas no regimento escolar, após assegurada a ampla defesa e o contraditório.’

Caso o ato infracional tenha ocorrido na Escola, deve o responsável (diretor, vice-diretor, professor, pedagogo) fazer os encaminhamentos necessários, sendo que: se for praticado por criança, deve encaminhar ao Conselho Tutelar, independente da providência no âmbito policial (não tem necessidade de boletim de ocorrência). Se for praticado por adolescente, deve ser lavrado o B.O na delegacia, que providenciará o encaminhamento ao Ministério Público e Juízo da Infância e da Juventude. Estas providências devem ser tomadas, independente das consequências na área administrativa escolar. Sendo assim, qualquer infração prevista dentro do Código Penal ou na Lei de Contravenção Penal quando for praticada por uma criança ou adolescente é correspondente a um ato infracional.

A criança ou adolescente praticantes de algum ato infracional respondem pelos seus atos cometidos por meios de medidas protetivas e/ou socioeducativas dentro de um procedimento legal específico. Os atos infracionais têm como medidas punitivas as medidas socioeducativas. Estas, aplicadas por ordem judicial, têm por objetivos: a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional; a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos

⁸ Existem 32 Núcleos Regionais de Ensino no Paraná, cada núcleo é responsável pelos municípios da região. Por exemplo, o Núcleo Regional de Londrina é responsável pelos dezenove municípios de seu entorno.

individuais e sociais; e a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (BRASIL, 2012). O ART. 112 do ECA lista as medidas a serem aplicadas ao jovem infrator: i) advertência; ii) obrigação de reparar danos; iii) prestação de serviço à comunidade; iv) liberdade assistida; v) inserção em regime de semiliberdade; vi) internação em estabelecimento educacional; vii) qualquer uma das previstas no art 101, I a VI.

Outros estudos também têm relatado sobre a dificuldade da distinção entre o ato indisciplinar e o ato infracional. Goethel et al (2020) em seu trabalho “a judicialização dos conflitos escolares” analisa através da análise de conteúdo de oito processos referentes ao ensino fundamental II de uma escola localizada na periferia do interior paulista. Os oito processos se resumem em dano, ameaça, vias de fato e desacato. Em todos os processos a polícia foi acionada pela equipe pedagógica. Segundo o autor, o acionamento constante dos policiais naturaliza práticas opressivas no ambiente escolar e resoluções por meio do acionamento do sistema de justiça.

O encaminhamento para o sistema de justiça demonstra a judicialização dos conflitos escolares (Chripino e Chripino, 2008) A crítica dos trabalhos sobre o tema é a já citada dificuldade na diferenciação do ato indisciplinar do ato infracional. *A linha entre um e outro é tênue e fica ainda mais com a presença dos policiais nas escolas.* A transferência de autoridade do corpo pedagógico aos policiais tem acarretado no fenômeno de judicialização das relações escolares. O conceito sugere uma fragilidade da escola na resolução de conflitos e problemas cotidianos. A dificuldade de lidar com os conflitos conduzem às intervenções ao Poder Judiciário que, segundo os autores, configura como uma saída para os problemas conflitivos.

Os autores ainda entendem que “as ações precedentes de judicialização despotencializam a escola de sua autoridade educativa, perdendo uma parte do seu papel como a “instituição com melhores condições para desenvolvimento de ações democráticas que possibilitem o enfrentamento dos conflitos, indisciplinas e incivildades (desrespeito às regras da escola).” (Chripino e Chripino, 2008) Segundo Hecert e Rocha (2012) a judicialização se caracteriza pela ação da justiça no espaço escolar com aparato jurídico acionado para intervir em conflitos escolares. Os autores relatam que a lógica judicial passa a permear a escola para

manter a ordem. “Utilizando-se de ameaças de punição, intensifica-se a criminalização de ações que interrogam as práticas instituídas, forjando-se políticas do medo e do controle do suposto risco social” (HECERT; ROCHA, 2012, p. 90)”

Em suma, a presença policial nas escolas facilitaria o caminho para a judicialização dos conflitos escolares, sendo necessária a intervenção do Poder Judiciário para sua resolução (ÁVILA, 2013). O que pode acarretar o maior encaminhamento de jovens para o tratamento no sistema de justiça, assim como explana a perda de autoridade docente. Nesse sentido, é válido ressaltar que, estudantes menores de idade punidos perpassam pelo sistema de justiça juvenil, com o mesmo rigor processual que medidas punitivas aos adultos, considerada ampla defesa e, no caso, aplicação de medidas socioeducativas. Quando algumas medidas punitivas não passam de verdadeiras penas (como prestação de serviços à comunidade, regime de semiliberdade, internação).

Por fim, segundo Caruso *et al* (2022) relata o modelo militarizado das escolas como medidas populistas para a crise da autoridade docente e a indisciplina dos estudantes. Segundo a autora:

Ao repassar a administração das escolas para os militares estaduais e federais, o Estado desconsidera as raízes profundas da violência no Brasil e tenta resolver os problemas ligados à disciplina (FONSECA; SALLES; DE PAULA E SILVA, 2014) e à segurança das escolas (GONÇALVES; SPOSITO, 2002) apenas com a presença de policiais (Caruso et al, 2022)

Em conclusão, os autores tratados no capítulo relatam confusão dos papéis entre os pedagogos e policiais de modo que há um recuo da atuação dos professores e pedagogos, que transferem problemas disciplinares antes tratados por eles para os policiais acarretando a judicialização das relações escolares. Dessa forma, o diretor e o corpo pedagógico deixam de exercer a sua função educadora e disciplinadora para que o policial o faça. Nesse sentido, a polícia se torna solucionadora dos conflitos escolares. O efeito é encontrado tanto na bibliografia brasileira com o debate sobre a ‘judicialização dos conflitos escolares’ como no ‘*school to prison pipeline*’ da bibliografia estadunidense. Por fim, ambos representam o mesmo problema: maior encaminhamento de jovens ao sistema de justiça.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

No primeiro capítulo foram apresentados os programas implementados nos Estados Unidos da América com a revisão de avaliações sobre os SROs e seus principais achados. Estudos apontaram como efeito do policiamento escolar: (a) a transferência de autoridade dos docentes para atores do sistema de justiça juvenil; e (b) o aumento de encaminhamento de jovens ao sistema de justiça. Os mesmos efeitos foram apresentados no segundo capítulo com os programas implementados no Brasil e os estudos realizados sobre o tema. O efeito mais percebido nos estudos realizados também foi a transferência da autoridade da coordenação pedagógica para os policiais na resolução de conflitos existentes dentro do ambiente escolar. Essa medida, segundo a bibliografia, ocasiona judicialização dos conflitos escolares.

Como contribuição aos estudos sobre políticas de policiamento escolar, esta pesquisa avalia o programa Escola Segura através de uma pesquisa quase-experimental em colégios localizados no município de Londrina/PR. Os dados utilizados para análise são as ocorrências registradas em documentos mantidos pela coordenação pedagógicas dos colégios entre o ano de 2018 e 2021.

Foram visitadas dezenove escolas para a coleta dos documentos. Destas, somente seis tinham os documentos ou concordaram em disponibilizá-los para o estudo. O motivo da defasagem se dá pelo período da pandemia de COVID-19 que impediu o funcionamento comum das escolas e acarretaram anos inteiros sem registros. Os documentos são mantidos em formas de ATA ou de Ficha de Acompanhamento Pedagógico individual. Ao total, foram coletadas 2.020 ocorrências dispersas em turmas de ensino fundamental e médio nas seis escolas.

A impacto do programa foi avaliado somente nas ocorrências registradas das turmas de sétimo ano de uma escola que recebeu o programa no projeto-piloto em 2019. A restrição da análise de avaliação se deu pela dificuldade de cumprimento de suposições necessárias para a aplicação do método de diferenças em diferenças a partir dos dados coletados. Muitas registros de ocorrências estavam incompletos e não puderam ser utilizados na avaliação. Após testes, somente no caso aqui utilizado foi possível.

Utilizou-se o método de diferenças em diferenças para avaliar o impacto do programa na quantidade geral das ocorrências e nos tipos de ocorrências. Dois

efeitos encontrados na literatura também foram investigados, mas de forma descritiva: de transferência de autoridade e judicialização dos conflitos escolares.

O impacto foi avaliado em duas variáveis: a) nas ocorrências de 2019 por taxas de 100 alunos; b) nos tipos de ocorrências por taxas de 100 alunos.

Além da avaliação de impacto, foi investigado o possível efeito encontrado na literatura estadunidense e na nacional. A literatura tem como efeito que a presença policial nas instituições de ensino faz com que os policiais passem a ser agentes de solução de conflitos escolares o que pode ocasionar duas problemáticas: a primeira seria a transferência de autoridade da coordenação pedagógica aos policiais e a judicialização dos conflitos escolares que ocorreria pelo maior encaminhamento de conflitos para registros de ocorrências policiais por intermédio dos policiais das escolas.

A investigação sobre os efeitos do programa foi realizada por análise descritiva em ocorrências que ocasionaram o acionamento da patrulha escolar com forma de resolução. Por serem apenas 17 ocorrências em um universo de 2.020, decidiu-se explorá-las de modo descritivo. Além disso, a análise também é contemplada com observações de campo nos períodos de visitas às escolas, conversas com pedagogas, diretores e policiais.

3.1 DESENHO DE PESQUISA QUASE-EXPERIMENTAL

O desenho de pesquisa quase-experimental foi utilizado para descobrir se o Escola Segura impacta nos conflitos registrados em ocorrências escolares e mantidos pela coordenação pedagógica do colégio que recebeu o programa no projeto-piloto de implementação.

Nesse desenho de pesquisa, a análise é realizada por meio da comparação da realidade sob intervenção (escola tratamento), ou seja, escola que recebeu o programa, com um contrafactual escolhido pelo pesquisador para representar o que teria ocorrido na realidade na ausência da intervenção (escola controle), em uma escola que não recebeu a implementação do programa no período em análise. Para isto, foram escolhidas duas escolas para a realização da avaliação. Uma que recebeu o programa na implementação do projeto-piloto como escola tratamento, enquanto outra escola que recebeu o programa somente na segunda fase de implementação, mas não no período analisado, como escola controle.

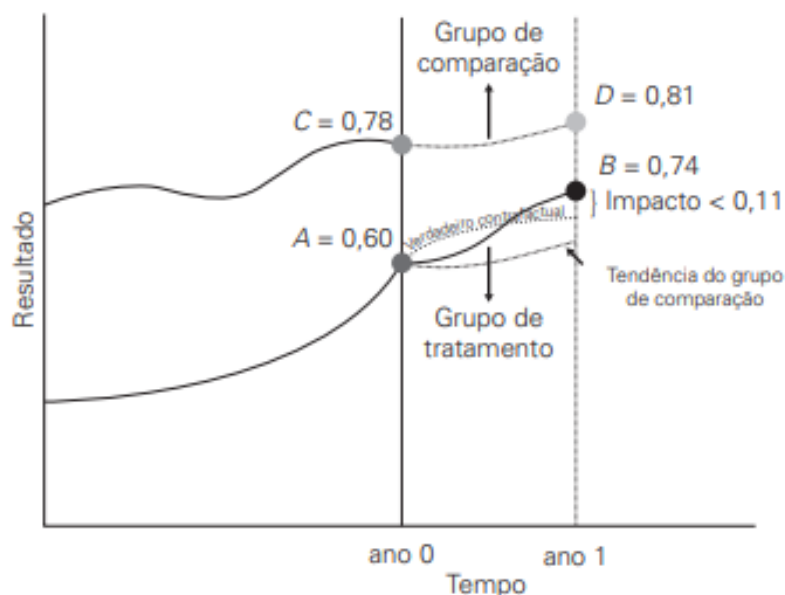
A pesquisa quase-experimental adotou o método das Diferenças em Diferenças (DD). O resultado do cálculo DD (Tabela 1) é o impacto do programa na quantidade de ocorrências na escola controle, que ocorreria com a escola tratamento caso não tivesse tido o programa implementado.

Tabela 1 – Tabela de exemplo do cálculo Diff in Diff

	Depois	Antes	Diferença
Tratamento	B	A	B - A
Controle	D	C	D - C
Diferença	B - D	A - C	DD = (B - A) - (D - C)

Essa ideia depende de duas suposições. A primeira: as ocorrências escolares, nos grupos de tratamento e controle devem apresentar a mesma tendência temporal antes da implementação do programa. A segunda: o tratamento e o controle não devem sofrer mudanças independentes e aquém do programas capazes de afetar as variáveis de resultado no período posterior à intervenção. Se essas suposições forem atendidas, mudanças detectadas nas variáveis de resultado das unidades sob tratamento no período pós-intervenção podem ser atribuídas ao programa (GERTLER et al. 2016; FOGUEL, 2017; WING, SIMON E BELLO-GOMEZ, 2018).

A suposição da similaridade na tendência das ocorrências do período pré implementação do programa nos grupos tratamento e controle é importante porque embasa que as tendências seguiriam similares também no período posterior a implementação do programa, caso o grupo tratamento não tivesse aderido ao Escola Segura. Como o grupo tratamento aderiu, a diferença entre o que ocorreu após a implementação do Escola Segura e o que poderia ter ocorrido caso o programa não tivesse sido implementado, é o impacto do programa nas ocorrências (figura 1).

Gráfico 1: O método de Diferenças em Diferenças (DD)

Fonte: Gertler (p. 105)

A segunda suposição é de controle de mudanças idiossincráticas nos grupos no período em análise. Os programas devem possuir características semelhantes para uma boa análise, mas mais do que isso, não ter tido algum fator externo que possa ter influenciado as ocorrências de forma a interferirem em um dos grupos do estudo.

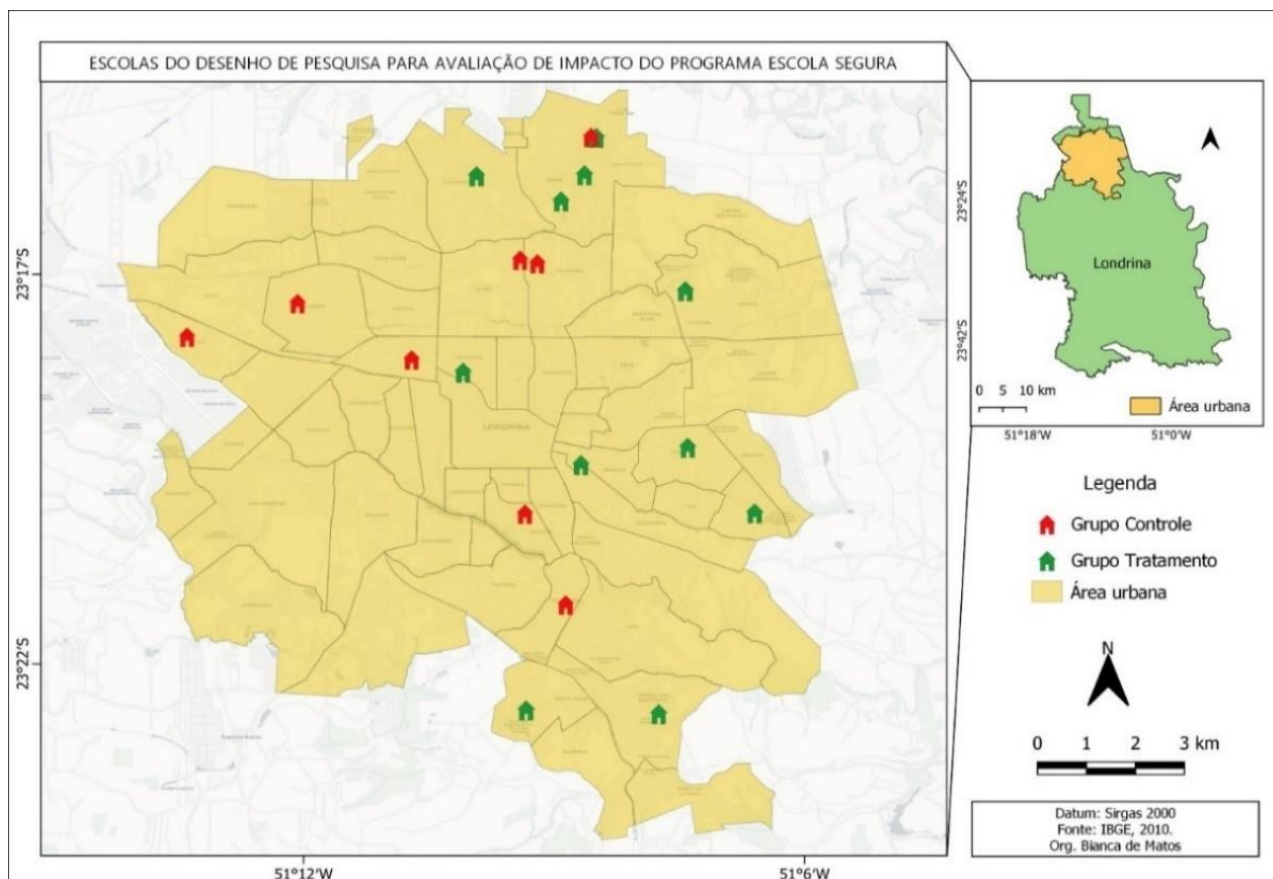
Esta pesquisa buscou utilizar de desenho de pesquisa quase-experimental que atendesse as duas suposições necessárias para a realização da avaliação de impacto do programa.

3.1.1 Escolas do estudo de caso

O desenho de pesquisa para este trabalho contou com uma amostra inicial de dezenove escolas (ver figura 1). As dezenove escolas foram visitadas de diversas maneiras. Algumas escolas foram inicialmente contatadas por e-mail ou por telefone antes de serem visitadas, mas a maioria ocorreu por visitas espontâneas. A escolha por esse método ocorreu pela dificuldade de contato via e-mail e via telefone, em muitas ligações os diretores estavam ocupados, ausentes, com pressa

ou reecosos sobre o contato. Pessoalmente e espontaneamente foi mais fácil de conseguir explicar a pesquisas e conseguir atenção e adesão ao que estava proposto. As visita ocorreram entre o período de março de 2022 e agosto de 2022.

Figura 1 - mapa das escolas do desenho de pesquisa



Fonte: O autor a partir de dados coletados em escolas da rede estadual de ensino de Londrina

Nas visitas notou-se a dificuldade da coleta dos dados das dezenove escolas visitadas. Das dezenove escolas, em catorze foram possíveis ter conversa com diretores, algumas pedagogas. Além de passar algum tempo na escola, em algumas foi possível presenciar os intervalos, em outras os horários de entrada e saída. Também foi possível acompanhar atuação de alguns policiais, assim como observar as estruturas para segurança escolar, como câmeras, muros, portões e sistemas de segurança. Nas outras cinco não foi possível acesso aos diretores e nem abertura para diálogo.

Em relação a coleta dos documentos de registros das ocorrências escolares, somente seis escolas as disponibilizaram, como demonstra a tabela 2. Quatro das escolas são pertencentes ao grupo tratamento nas regiões norte, leste, sul e centro da cidade. As duas escolas do grupo controle são das zonas oeste e leste. Ao total,

foram coletadas e tabuladas 2.020 fichas de registros de ocorrências escolares.

Tabela 2 – Escolas com ocorrências coletadas

ESCOLA	GRUPO	LOCALIZAÇÃO	QTD FICHAS
Escola 1	Tratamento	Norte	63
Escola 2	Tratamento	Leste	262
Escola 3	Tratamento	Sul	766
Escola 4	Tratamento	Centro	208
Escola 5	Controle	Centro	225
Escola 6	Controle	Oeste	496
TOTAL			2.020

Fonte: O autor a partir de dados coletados em escolas da rede estadual de ensino de Londrina

O motivo mais relatado sobre a falta das fichas pelos diretores foi a pandemia decorrente do COVID 19 que ocasionou no descarte de documentos antigos e transformação em arquivo morto de fichas. Também relataram que as fichas ficavam guardadas por apenas quatro anos nas escolas e, que depois desse período, poderiam ser descartadas.

Outro fator observado sobre a dificuldade de obtenção de fichas foi a rotatividade de pedagogas nas escolas. O modelo de Processo Seletivo Simplificado (PSS) de contratação impede que essas funcionárias sigam um padrão de trabalho pedagógico que perpetue com controle de ocorrências, fazendo com que os trabalhos já realizados por pedagogas passadas sejam perdidos ou simplesmente descartados com a rotatividade do corpo pedagógico.

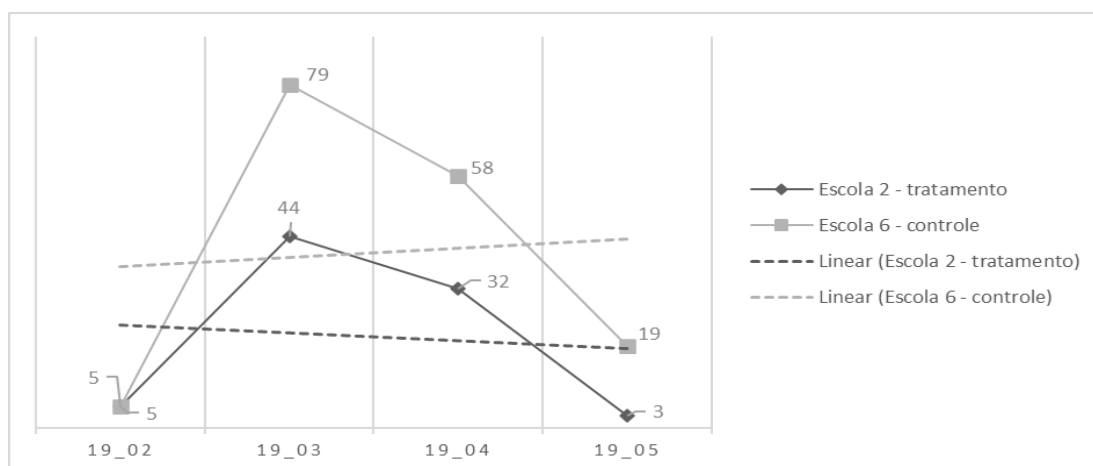
Pelos mesmos motivos apontados, as fichas coletadas das seis escolas não estavam completas para todos os anos e todos os períodos previstos para a análise. Todas contavam com somente algumas turmas e alguns períodos (tabela 2). Na escola 1, as ocorrências do segundo ano em 2021 e terceiro ano em 2022, estão incompletas. A escola dois possui ocorrências completas apenas referentes ao sexto ano em 2019. A escola três possui ocorrências completas para o sexto, sétimo ano e incompletas para o nono ano. A escola quatro possui ocorrências para o ano de 2020, que é um ano atípico para a análise pela pandemia da COVID-19 que deixou as aulas online. O colégio número cinco tem ocorrências de todos os anos, mas de nenhuma turma de maneira completa. A escola seis possui as ocorrências do sexto, sétimo e oitavo ano completos para o ano de 2019.

Tabela 2: Ocorrências por turma e ano

Ano	Tratamento				Controle	
	Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	Escola 5	Escola 6
2018	-	-	6º ano	-	Do 6º ano ao 3º ano	-
2019	-	6º ano	7º ano	-	em todos os períodos, mas com poucas de cada.	6º 7º e 8º ano
2020	-	-	9º ano-	9º, 1º, 2º e 3º EM	Dados Incompleto	-
2021	2 ano EM	-	-	-	-	-
2022	3 ano EM	-	-	-	-	-

Fonte: O autor a partir de dados coletados em escolas da rede estadual de ensino de Londrina

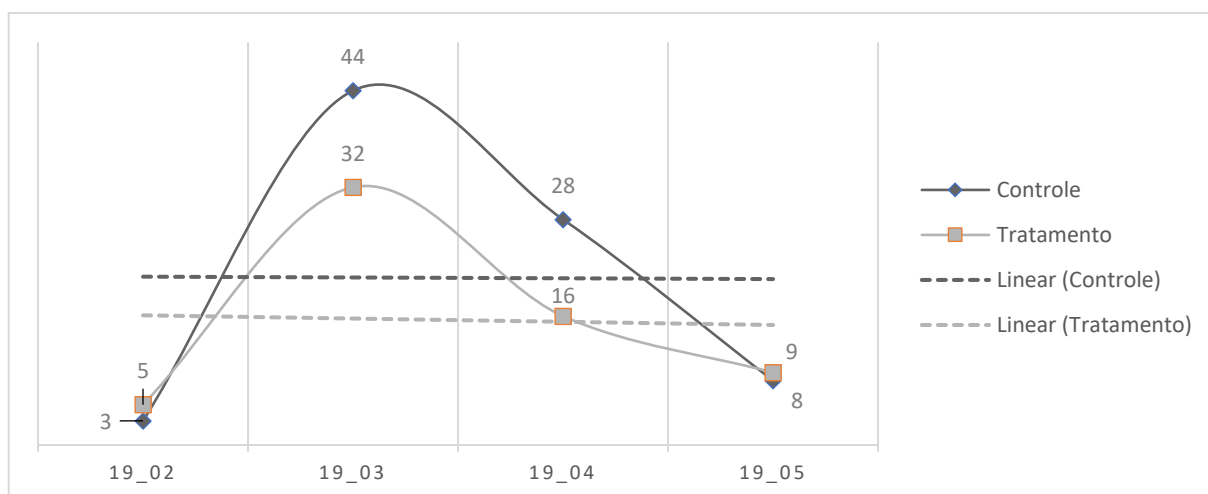
As possibilidades para a avaliação de impacto a partir dos dados coletados foi entre a Escola 2 e a Escola 6; e a Escola 3 e a Escola 6. As escolhas se deram pelos dados completos de turmas de idades parecidas. No entanto, conforme demonstrado no gráfico 2, a primeira dupla de comparação (Escola 2 e a Escola 6) não cumpre com a suposição do modelo de DD das linhas de tendência no período pré implementação do programa nos meses iniciais de 2019. A data de referência para a divisão dos períodos é o dia 12/03/2019, dia que o Escola Segura foi oficialmente implementado nas escolas.

Gráfico 2 – Comparação do total de ocorrências escola 2 e escola 6 no período pré implementação do Escola Segura em 2019

Fonte: O autor a partir de dados coletados em escolas da rede estadual de ensino de Londrina

Já nas escolas 3 e 6 foi possível realizar a avaliação de impacto, pois os registros dos sétimos anos possuíam tendências lineares similares, suposição necessária para a realização da avaliação de impacto do programa a partir do método de diferenças em diferenças. É possível notar que elas seguem uma tendência similar nos meses de março até maio, embora o horizonte temporal dos dados seja limitado para uma boa avaliação da suposição das linhas paralelas⁹.

Gráfico 3 – Comparação de ocorrências escola tratamento e controle pré implementação do programa



Fonte: O autor a partir de dados coletados em escolas da rede estadual de ensino de Londrina

3.1.1.1. Características das escolas analisadas

Em relação às características das escolas selecionados (tabela 3), a escola tratamento tem aproximadamente o dobro de matrículas e turmas do colégio controle no geral, no ensino fundamental e médio. Somente nas turmas de sétimo ano, a escola tratamento possui cinco turmas e a escola controle três turmas. Totalizando cento e cinquenta matrículas e noventa e seis, respectivamente.

As características não são ideais, no entanto, não é preciso que os grupos

⁹ A validade interna diz respeito ao grau de certeza de que o resultado mensurado durante a pesquisa foi causado pelo programa ao invés de por outras variáveis não observadas. Para uma explicação mais detalhada, ver Shadish, Cook e Campbell (2002).

tratamento e controle sejam semelhantes entre si nas características observáveis. A suposição necessária do DD das linhas paralelas antes da implementação do Escola Segura nas fichas ocorrências do período anterior à implementação do programa optou-se por seguir com as escolas escolhidas.

Tabela 3: Características das escolas selecionadas

Características	Tratamento	Controle
Turmas Ensino Médio	14	8
Turmas Ensino Fundamental	17	10
Turmas 7 ano	5	3
Matrículas Ensino Médio	516	252
Matrículas Ensino Fundamental	541	326
Matrículas 7 ano	150	96
Total matrículas	1057	578
Turnos	3	2

Fonte: Consulta Escolas PR (2023)

No período de visitas às escolas da avaliação, de março de 2022 a agosto de 2022, foi possível notar algumas características observacionais das escolas. A escola tratamento possui dois portões de entradas e câmeras na entrada e corredores. As câmeras são monitoradas na sala de acesso da direção. A escola é grande. A diretora e pedagogas relatam melhora na sensação de segurança a partir do programa, mas relatam ao aumento de indisciplina dos estudantes após o período de pandemia.

Também relatam a demora da patrulha escolar para chegar quando acionadas, mas que isso havia mudado depois da chegada do programa, que passou a fazer o intermédio do acionamento. Já a escola controle havia se tornado um colégio Cívico Militar quando foi realizada a visita. Foi recebido pelos diretores cível e pelo diretor militar. Ambos foram solícitos no atendimento e relataram a falta de fichas pela mudança de direção e organização da escola. Ao conversar com a pedagoga, ela relatou um bom ambiente de convívio escolar. A escola também contava com equipamentos de segurança, como câmeras de vigilância no portão e nos locais de circulação da escola, como pátios e corredores.

Desse modo, a pesquisa de avaliação de impacto concentrou-se somente nessas duas escolas. Por fim, a análise ficou extremamente restringida já que

utilizou uma turma e uma escola para ser avaliada, no entanto, foi o possível para o cumprimento da suposição necessário para avaliar o impacto no modelo de diferenças em diferenças. Mais do que responder qual o impacto do programa, a pesquisa pretendeu indicar um caminho para que outras avaliações de impacto mais robustas consigam melhor avaliar programas do gênero.

A escolha do contrafactual respeitou as suposições necessárias do método. A primeira suposição da tendência linear. O curto período de 2019 é um problema para afirmar a primeira suposição, no entanto, é bom para a segunda suposição, já que o curto período dificulta a controvérsia de que algo poderia influenciar nas ocorrências de modo a modificarem algo no período analisado. No entanto, por ser apenas uma escola e uma turma muitas coisas podem aferir em um caso único, como mudança de professora, pedagoga diferente, ou qualquer outro fato externo além do programa que afete essas turmas. Por isso, reforça-se que é um estudo de caso e não é possível fazer generalizações dos resultados aqui encontrados.

Já para investigar os efeitos, foi realizada análise descritiva das ocorrências com acionamento da patrulha escolar nas seis escolas que tiveram seus dados coletados. Assim como também das observações e diálogos com a coordenação pedagógica e policiais das escolas visitadas.

De início, pretendeu-se realizar avaliação de impacto também nessas ocorrências, no entanto, as poucas ocorrências do gênero impossibilitaram de realizar a avaliação de impacto. Dessa forma, pretendeu-se analisar de maneira descritiva as variáveis para investigar quais são e como são as ocorrências que ocasionam o acionamento da patrulha.

3.1.2. VARIÁVEIS DA ANÁLISE

Para o cumprimento do objetivo desta pesquisa que é realizar uma avaliação de impacto e analisar o possível efeito de judicialização dos conflitos escolares nas escolas com presença policial, foram utilizadas três variáveis para esta pesquisa. Duas para avaliação do impacto do programa e uma para analisar de maneira o possível efeito de judicialização do conflito escolar.

O impacto foi avaliado em duas variáveis, na variável de total de ocorrências; nos tipos de ocorrências. O total de ocorrências vai dizer qual foi o impacto da presença policial no total de ocorrências na escola que recebeu o programa em

comparação à escola que não recebeu o programa. A variável dos tipos de ocorrência diz respeito às ocorrências de agressão verbal, física, assédio sexual, furto, roubo, posse de drogas e/ou armas, que permitiu avaliar o impacto do programa em cada tipo específico de violências.

Para analisar os possíveis efeitos de transferência de autoridade e judicialização dos conflitos escolares indicado pela bibliografia internacional e nacional foi utilizada uma terceira variável: d) acionamento da patrulha escolar. A quarta variável de análise foi analisada de modo descritivo por não possuir quantidade de registros significativos para terem o impacto avaliado pelo método de diferenças em diferenças. Dessa forma, optou-se por analisá-lo de forma descritiva para ilustrar quais e como são as ocorrências que foram encaminhadas à patrulha escolar. Também verificar se essas ocorrências possuem representação futura das vítimas na delegacia, o que de fato é necessário para confirmar a judicialização do conflito a partir da abertura do inquérito policial.

Em conjunto, essas variáveis indicarão o impacto do programa Escola Segura nas ocorrências escolares e se o possível efeito encontrado na bibliografia pode estar sendo encontrado também nas escolas analisadas.

4 RESULTADOS

4.1 AVALIAÇÃO DE IMPACTO

O impacto foi avaliado nas turmas de sétimo ano de uma escola tratamento (3) e de uma escola controle (6). A escolha da escola controle respeitou as duas suposições necessárias para um bom contrafactual para a utilização do método de diferenças em diferenças. A tabela 4 apresenta o cálculo DD entre os períodos depois e antes e a escola tratamento e a controle. Os resultados indicam qual foi o impacto do programa.

Os cálculos foram realizados por taxas de 100 alunos e indicam o impacto do programa nas ocorrências da turma tratamento pela dupla subtração entre os períodos posterior e anterior à implementação do programa Escola Segura. Os resultados da escola tratamento devem ser subtraídos pela escola controle e indica as mudanças nas ocorrências que podem ser atribuídas à implementação do programa.

Os resultados indicam que o Escola Segura impactou na diminuição das ocorrências gerais, nas ocorrências de agressão física e agressão verbal. Por tipo, estas são as únicas que puderam ser medidas já que as outras não tiveram quantidades suficientes para a realização da avaliação de impacto.

Tabela 5 – Diferenças em Diferenças nas variáveis de ocorrências nas escolas tratamento e controle por taxa de 100 alunos

Variáveis	Tratamento		Controle		Resultado
	Depois	Antes	Depois	Antes	
Ocorrências Gerais	78	41.33	130.21	83.33	-10.21
Agressão Física	1.33	2	12.5	5.21	-7.96
Agressão Verbal	3.33	2.67	12.5	2.08	-9.75
Assédio Sexual*	-	-	-	-	-
Furto*	-	-	-	-	-
Posse de arma*	-	-	-	-	-
Posse de drogas (ilícita e lícitas)*	-	-	-	-	-

*Sem ocorrências no período e/ou turma investigada

Fonte: O autor a partir de dados coletados em escolas da rede estadual de ensino de Londrina

Em suma, os resultados da avaliação de impacto representam o impacto positivo do programa Escola Segura na diminuição das ocorrências gerais e por tipos nas turmas de sétimo ano da escola tratamento, principalmente nas ocorrências de agressão física e verbal. Os outros tipos de conflitos não tiveram quantidades suficientes de ocorrências para a realização da avaliação.

4.2 EFEITOS

A investigação sobre os possíveis efeitos do programa Escola Segura concentrou-se nas ocorrências que resultaram no acionamento da patrulha escolar e no registro de ocorrência policial. A avaliação do programa não pôde ser conduzida por meio de uma análise de impacto, devido à baixa incidência de ocorrências dessa natureza registradas durante as visitas às escolas. Das 2.020 ocorrências coletadas, apenas 17 envolveram o acionamento da patrulha escolar como meio de resolução de conflitos. Dessas, somente três escolas (Escolas 2, 3 e 5) disponibilizaram fichas para a coleta e apresentaram ocorrências desse tipo.

A Escola 2 da análise teve uma ocorrência de acionamento da patrulha escolar em 2018. Já a escola 3 teve seis ocorrências em 2018. A escola 5 teve três em 2018, cinco em 2019 e duas em 2020. Ao total foram verificadas 17 ocorrências de encaminhamento à patrulha escolar (tabela 6).

Tabela 6 - ocorrências registradas pela patrulha escolar por escola e ano

	Escola 2	Escola 3	Escola 5
2018	0	6	3
2019	1	0	5
2020	0	0	2
Total	1	6	10

Fonte: O autor a partir de dados coletados em escolas da rede estadual de ensino de Londrina

As ocorrências de acionamento da patrulha ao serem analisadas por tipo representam em sua maioria ocorrências de agressão física com 11 ocorrências, mas também três ocorrências de agressão verbal, uma por posse de drogas e outros. Na escola 1 a única ocorrência foi realizada por furto.

Tabela 7 – Tipos de ocorrências por escolas.

	Escola 2	Escola 5	Escola 3
Agressão Física	0	4	7
Agressão Verbal	0	0	0
Furto	0	1	1
Posse de Drogas Lícitas e Ilícitas	1	1	1
Posse de arma (branca ou fogo)	0	0	0
Outros	0	0	1
Total	1	6	10

Fonte: O autor a partir de dados coletados em escolas da rede estadual de ensino de Londrina

A seguir foram descritas cinco das dezessete ocorrências para exemplificar de maneira descritiva as ocorrências que foram encaminhadas à patrulha escolar:

Descrição I – DATA: 23/04/2019 – SEM O PROGRAMA ESCOLA SEGURA

Os alunos do nono ano do vespertino, durante o jogo de futsal, os alunos discutiram e partiram para a agressão física, onde a professora e os alunos da turma ajudaram a contê-los. Na sequência, a professora trouxe um dos alunos, que estava muito nervoso, para orientação e providências necessárias, por conta do ocorrido pois os ânimos estavam muito exaltados. Os responsáveis de ambos foram convocados, conversaram, ouviram sobre o fato da professora. Decidiram não apresentar boletim de ocorrência e os alunos resolveram a situação apertando as mãos, conforme os pais os orientaram, uma vez que estudam na mesma sala. Nada mais havendo a tratar (...) [patrulha acionada e comunicação policial realizada, mas não relatada em ATA]

Descrição II – DATA: 23/05/2019 – COM O PROGRAMA ESCOLA ASEGURA

O aluno relatou que durante o intervalo estava na fila e vieram cortar a fila. O aluno não permitiu e se iniciou uma discussão que terminou em agressão física de ambas as partes (...) A patrulha escolar compareceu e viu a filmagem. Em seguida os responsáveis apareceram para lidar com a situação. (...) A diretora orientou que as divergências entre eles devem acabar no momento. A patrulha orientou os responsáveis sobre a possibilidade de representar a ocorrência e indicou que,

inclusive a escola pode representar a ocorrência por perturbação do trabalho.

Descrição III – DATA: 10/02/2020 – COM O PROGRAMA ESCOLA SEGURA

Reuniram-se em sala, a diretora, o **cabo (Escola Segura)**, Responsáveis e patrulha escolar para tratar do fato de ter sido encontrado ‘maconha’, papel de seda, isqueiro e um canivete na bolsa do aluno. A diretora foi informada através de um telefonema que o aluno estava portando drogas dentro de sua bolsa. A diretora foi até a sala e pediu para que o aluno pegasse sua bolsa e se dirigisse à direção. Na presença do Cabo, do Programa Escola Segura, o aluno abriu a bolsa e foi retirado todo o conteúdo da bolsa, incluindo um canivete, um isqueiro, papel de seda um frasco de bala ‘Kiss’ com um pacotinho de maconha dentro. A patrulha escolar foi acionada e os responsáveis foram convocados. O aluno foi encaminhado para a delegacia do menor acompanhado dos responsáveis.

Descrição IV – DATA: 24/05/2018 – SEM O PROGRAMA ESCOLA SEGURA

A ocorrência trata da conduta do aluno que agrediu o ex-aluno que já estava de saída, pois veio ao colégio somente buscar sua transferência. A patrulha escolar foi acionada pelo Cabo, do programa Escola Segura, por ter havido agressão entre os jovens. Vale lembrar que o pai do aluno foi convocado pois ele é menor de idade. O ex-aluno já atingiu a maioridade. A patrulha escolar composta por um sargento e um soldado efetuarão o boletim de ocorrência. A diretora relatou que a desavença é externa à escola e que segundo o aluno agressor ele não poderia deixar barato. A sargento explicou que faria o boletim de ocorrência e orientou que ambos teriam 180 dias para a representação (...)

Descrição V – DATA: 19/09/2019 – COM O PROGRAMA ESCOLA SEGURA

As duas agrediram-se verbalmente durante o intervalo, necessitando ser separadas por duas outras colegas. Ao ser perguntado para as duas o motivo da briga, foi relatado pela aluna que a causa é seu namorado, que ela já havia conversa com a outra pelo *whatsapp* e pensou que a situação estava resolvida, porém hoje no intervalo a outra a chamou de ‘corná’. A aluna ‘deu de dedos em sua cara’ e disse que bateria nela. A pedagoga acionou os pais pois a Patrulha Escolar tinha sido acionada. (...) A patrulha escolar adentrou à sala da coordenação pedagógica, e como a aluna não tinha nenhum representante, não pode ficar na

sala. A soldado conversou com a outra aluna mostrando as consequências para tal atitude, especialmente a ameaça feita.

A análise das fichas mencionadas revela situações de conflito diversas, ocorridas em períodos distintos, algumas das quais já contavam com a presença de policiais do programa Escola Segura, enquanto outras não. As descrições dos exemplos de ocorrências que levaram ao acionamento da patrulha indicaram diferentes trajetórias na investigação sobre o tema. As fichas ilustram que os motivos para o acionamento da patrulha escolar são abrangentes, abarcando desde agressões físicas e verbais até casos de furto, posse de drogas, arma branca, entre outros.

Quanto ao efeito de transferência da autoridade, observa-se que, em todas as ocorrências, os conflitos inicialmente envolviam a atuação da coordenação pedagógica. Nas situações em que o Programa Escola Segura não estava em vigor, cabia à coordenação avaliar a necessidade de acionar a patrulha escolar, sendo ela responsável por entrar em contato nesses casos. Após a implementação do programa, houve uma alteração na dinâmica, com a coordenação pedagógica acionando o policial presente na escola, como exemplificado no caso da revista da mochila, e posteriormente, o policial acionando a patrulha escolar.

O segundo efeito diz respeito ao encaminhamento de jovens ao sistema de justiça por meio da judicialização dos conflitos escolares. Após o acionamento da patrulha e a elaboração da ocorrência, esta pode ser efetuada pelas vítimas ou até mesmo pela escola, esta última considerada vítima de 'perturbação do trabalho'. A representação dá início ao inquérito, e o conflito em questão passa a ser tratado pelo sistema de justiça. Nesse sentido, nem toda ocorrência comunicada à polícia se transforma em uma Ação Penal e é respondida judicialmente. No entanto, a possibilidade permanece em aberto e depende dos envolvidos na ocorrência em questão.

Além disso, evidencia-se também a discrepância em relação ao que é propagado no senso comum acerca dos crimes de invasão escolar com o uso de armas de fogo. Apesar da ampla cobertura midiática e da pressão por medidas de combate a esse problema, não houve ocorrências desse tipo nas escolas analisadas. No entanto, a problemática está longe de escapar da atenção pública, especialmente diante do crescente número de ataques amplamente divulgados no Brasil.

Em resumo, como resultado da pesquisa desta pesquisa, o programa

demonstrou impacto na diminuição de ocorrências gerais, especialmente nas categorias de agressão física e verbal. Esses resultados sugerem que a presença policial nas escolas pode influenciar positivamente nas reduções de comportamentos violentos entre os alunos.

5. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesta pesquisa não coincidem com as conclusões da primeira investigação sobre a avaliação de impacto do programa Escola Segura, intitulada 'Quando a polícia militar vai à escola, uma avaliação de impacto do programa Escola Segura' (LOPES, ROSSATO, 2023). Na publicação, uma pesquisa de vitimização foi conduzida, não revelando resultados positivos ou negativos em relação à implementação do programa. É crucial ressaltar que os conjuntos de dados utilizados nas pesquisas são distintos, assim como as escolas investigadas. Na presente pesquisa, a intenção foi de ampliar a análise para além de um estudo de caso, embora essa expansão não tenha sido viável. Portanto, é necessário cautela ao interpretar os resultados desta pesquisa, evitando generalizações indevidas.

Em relação as medidas de resolução dos conflitos escolares a partir da presença integral dos policiais nas instituições de ensino depende de fato da discricionariedade do ator que está lidando com a ocorrência. A discricionariedade é fundamental na tomada de decisão. A violência física, por exemplo, que é o tipo que teve maior acionamento da polícia, pode ser vista e tratada de formas diferentes entre os atores envolvidos no processo. Enquanto o policial pode tratar uma ocorrência de briga a partir do que é parte das regras de atuação da polícia sobre as vias de fato e encaminhamento policial, os pedagogos podem atuar no campo pedagógico lidando com o próprio aluno e os pais ou acionar a patrulha escolar em casos específicos de violência.

No entanto, com base nas observações, conversas e nos dados descritos, é possível perceber que o policial atua como um agente intermediário entre a coordenação pedagógica e a patrulha escolar. A coordenação lida com os conflitos e, caso perceba necessidade, aciona o policial da escola para intervir na ocorrência. Posteriormente, caso o policial identifique a necessidade ou receba solicitação da coordenação, ele então aciona a patrulha escolar. Essa dinâmica destaca o papel central do policial como um elo entre as instâncias pedagógica e de segurança,

desempenhando uma função de intermediação na resolução de conflitos.

Segundo o programa, os policiais devem agir a partir da orientação do corpo pedagógico e atuar em casos os quais são notificados. Em conversa com um dos diretores de uma escola da amostra ele relatou que o policial seria seu 'escudo', sua 'proteção', uma figura de autoridade que legitima suas tomadas de decisão. Outra diretora relatou que o papel da polícia não é de se 'intrometer' nas questões disciplinares, mas sim prestar auxílio em casos mais sérios de violência.

Também foi possível observar a atuação de alguns policiais nas escolas visitadas. Por exemplo, durante o intervalo de uma visita, notou-se um policial chamando a atenção dos alunos no pátio por estarem correndo. Outros policiais, enquanto a visita era realizada nas escolas, estavam utilizando o celular sentados em alguma mesa no pátio, enquanto alguns circulavam por todo o pátio e pelos corredores. Alguns diretores elogiaram a postura proativa de certos policiais, enquanto, em outros casos, diretores expressaram descontentamento, argumentando que alguns policiais passavam a maior parte do tempo em seus celulares.

Foi perceptível que, nas escolas analisadas, as pedagogas desempenham o papel principal no tratamento dos conflitos. A maioria das ocorrências foi gerenciada no âmbito pedagógico, envolvendo o acionamento dos responsáveis e, em situações mais extremas, da patrulha escolar. Nas escolas que implementaram o programa Escola Segura, os policiais atuaram quando solicitados pela diretora, conforme relatado nas ocorrências.

O papel dos policiais nas escolas estudadas parece ser de intermediários entre as pedagogas e a patrulha escolar. Eles intervêm quando necessário, mas sua atuação não substitui a abordagem pedagógica primordial, sugerindo uma dinâmica de colaboração e suporte em situações que requerem a presença policial.

Além disso, é de questionar sobre a possibilidade aberta de um conflito poder se tornar uma ocorrência jurídica. Em outra ocorrência a patrulha foi acionada por causa de brigas de duas meninas do sétimo ano que estavam discutindo sobre namorados. Uma ameaçou a outra. Caso de agressão verbal. Nesse caso a patrulha também foi acionada, mas não se tornou um boletim de ocorrência. No entanto abre para questionamentos. As alunas de sétimo ano têm faixa etária de 12 anos. Neste caso específico não foi realizada a representação na delegacia.

Também é preciso lembrar sobre os Colégios Cívico Militares que possuem a

gestão compartilhadas das escolas entre a coordenação pedagógica e a militar. A autoridade para lidar com os conflitos escolares também é compartilhada. Nestes casos, a análise seria diferente porque a dinâmica da atuação policial na instituição policial é diferente da dinâmica da atuação do policial vinculado do Programa Escola Segura.

Estas descobertas destacam a complexidade das situações escolares e a necessidade de abordagens mais sensíveis que considerem o fenômeno em suas múltiplas facetas e possíveis impactos e efeitos na comunidade escolar.

A presença policial nas escolas como medida de prevenção à violência escolar necessita de acompanhamento da sua implementação nas suas diversas facetas. Seja no programa Escola Segura, nos programas de colégios cívicos militares, entre outros diversos programas de policiamento escolar. Em síntese, este estudo pretendeu avaliar o impacto e o possível efeito de judicialização dos conflitos escolares a partir da investigação do programa Escola Segura em um estudo de caso na cidade de Londrina/PR.

CONCLUSÃO

Os estudos e avaliações sobre os programas nacionais de policiamento escolar tem demonstrado tanto a inefetividade na diminuição da violência escolar em programas do gênero como também tem demonstrado efeitos negativos, como o aumento do encaminhamento de jovens às autoridades policiais. Autores indicam que a presença policial tem relação direta com a crise de autoridade do corpo pedagógico e dos docentes (Gomes et al, 2013; Cardoso, 2013; Stival, 2010; Silva, 2009), outros autores ao tratarem sobre a perda da autoridade docente e do corpo pedagógico ainda ressaltam o fenômeno de judicialização dos conflitos escolares (Aquino, 1998; Carbone e Menin, 2004; Cardoso et al, 2013).

A bibliografia internacional sobre o tema demonstra diversas problemáticas, como o aumento do encaminhamento dos jovens ao sistema de justiça estadunidense em fenômeno conhecido por *school to prison pipeline*. No Brasil, alguns estudos indicam o mesmo caminho, mas nomeado como judicialização dos conflitos escolares. Apesar das terminologias distintas, a produção bibliográfica de ambos os países indica fenômenos similares.

A literatura nacional e internacional sobre a presença policial nas escolas tem revelado consideráveis desafios e implicações. Diversos estudos apontam para a ineficácia na diminuição da violência escolar em programas como o Escola Segura, bem como evidenciam efeitos adversos, tais como o aumento do encaminhamento de jovens às autoridades policiais. Autores ressaltam a relação direta entre a presença policial e a crise de autoridade enfrentada pelo corpo pedagógico, sinalizando para a possível perda de controle por parte dos educadores (Gomes et al, 2013; Cardoso, 2013; Stival, 2010; Silva, 2009). Outros estudiosos abordam o fenômeno mais amplo da judicialização dos conflitos escolares, indicando que a intervenção policial pode contribuir para a transferência de questões disciplinares para o âmbito legal (Aquino, 1998; Carbone e Menin, 2004; Cardoso et al, 2013).

A complexidade reside na definição clara dos limites entre comportamentos que constituem meras infrações disciplinares e aqueles que efetivamente violam normas legais. A presença do policial, ao se tornar uma resposta recorrente a atos indisciplinados, pode contribuir para a ampliação dessa fronteira, elevando o risco de que comportamentos inicialmente considerados leves sejam interpretados como infrações passíveis de intervenção legal.

A transferência de autoridade do corpo pedagógico para os policiais pode resultar em consequências mais amplas do que simplesmente lidar com questões disciplinares. A atuação policial, muitas vezes orientada por protocolos específicos e regras de conduta, pode inadvertidamente amplificar a natureza legal das ocorrências, transformando atos corriqueiros em questões judiciais.

A compreensão da linha tênue entre atos indisciplinados e atos infracionais emerge como um ponto central para orientar intervenções futuras e garantir uma abordagem equilibrada no contexto educacional.

Essa pesquisa pretendeu contribuir com o debate sobre o tema ao investigar o programa uma avaliação de impacto e investigar o possível efeito de judicialização dos conflitos escolares a partir de um estudo de caso em escolas que receberam o programa Escola Segura na cidade de Londrina/PR.

No início do planejamento da pesquisa optou-se por um desenho de pesquisa quase-experimental mais robusto com amostra de diversas escolas tratamento e controle para realizar uma avaliação de impacto, no entanto a dificuldade da coleta de dados possibilitou apenas uma avaliação de impacto de estudo de caso nas turmas do sétimo ano em duas escolas da cidade de Londrina/PR. Desse modo, esta pesquisa se tornou mais uma contribuição sobre o percurso metodológico de uma avaliação de impacto e investigação do que para inferir algum resultado obtido.

Como resultado da pesquisa de avaliação de impacto, o programa demonstrou impacto na diminuição de ocorrências gerais, especialmente nas categorias de agressão física e verbal. Nas outras categorias não foi possível avaliar.

Já os resultados dos efeitos demonstram que há um caminho de interesse para análises futuras sobre a relação dos dois atores nas questões de autoridades e na discricionariedade da atuação. Além disso, das possibilidades de análises futuras sobre o tema da judicialização dos conflitos escolares em colégios com dinâmicas de atuação policial diferente do Escola Segura.

Por fim, termina-se a conclusão com três sugestões. A primeira com sugestão de pesquisas futuras com desenhos mais robustos sobre o tema e desenho com planejamento ampliado para diferentes tipos de dados e formulação de indicadores. Interessante realizar a combinação dos dados das ocorrências mantidos pelos colégios com os dados de segurança pública do entorno das escolas. A judicialização dos conflitos também pode ser analisada. Outra informação importante a ser levantada é sobre a evasão escolar. Quais são os alunos que

saem das escolas depois que ocorre a presença policial na instituição de ensino. Com essas informações também é possível fazer recortes de cor e gênero.

A segunda sugestão é de, dada a condição de ampliação de políticas de prevenção e enfrentamento à violência escolar a partir da alocação policial nas escolas, pensar na elaboração e implementação protocolos de atendimento de conflitos escolares com bases em diretrizes elaboradas por pedagogos, psicólogos, professores, entre outras autoridades no tema a serem utilizados nas formações dos policiais que atuam e pretendem atuar nas escolas.

A terceira sugestão é de experienciar alternativas para o enfrentamento da violência escolar a partir da implementação de programas que não preveem policiais nas escolas, mas sim outras medidas de enfrentamento à problemática. Conforme relatado, existiram algumas experiências no Brasil no passado. Atualmente, como exemplo, desde 2018 existe o projeto implementado pelo Observatório de Direitos Humanos nas Escolas do Núcleo de Estudos da Violência da USP que pretendem enfrentar à problemática partir de oficinas de ensino em direitos humanos em diversos segmentos socioculturais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. *Violences in schools: concise version* - UNESCO Digital Library, Brasília, 2003. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133967>. Acesso em junho de 2023.
- AN/PR - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. Programa Escola Segura chega a mais de 100 unidades. Disponível em <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=105325&tit=Programa-Escola-Segura-chega-a-mais-de-100-unidades> Acesso em janeiro de 2023.
- AN/PR – AGÊNCIA DE NOTÍCIA DO PARANÁ. Governador anuncia pacote de ações de prevenção violência nas escolas. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governador-anuncia-pacote-de-acoes-de-prevencao-violencia-nas-escolas>. Acesso em setembro de 2023.
- ÁVILA, L. F. *As medidas socioeducativas em meio aberto e a relação com a judicialização das violências nas escolas na cidade de Porto Alegre*. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUC-RS, Porto Alegre, 2013
- BEAUMONT, C.; GARCIA, N. *Partenariat entre la police et l'école: analyse des modalités de partenariat entre les milieux scolaires et policiers pour prevenir la violence et la criminalité chez les jeunes. Raisons: Comparaisons. Éducatons: la revue française d'éducation comparée*, Paris, n. 6, p. 207-242, dez. 2010.
- BIRKLAND, T. A., & Lawrence, R. G. (2009). Media framing and policy change after Columbine. *American Behavioral Scientist*, 52(10), 1405–1425. <https://doi.org/10.1177/0002764209332555>
- BLASIUS, L. *Compreensão da violência escolar no âmbito da polícia militar do Paraná*. Tese de doutorado, 2014. UFPR
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei n. 8.069 de 12 jul. 1990.
- CARBONE, R. A., & Menin, M. S. D. S. (2004). Injustiça na escola: representações sociais de alunos do ensino fundamental e médio. *Educação E Pesquisa*, 30(2), 251-270. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200004>. Acesso em: março 2023.
- CARUSO, H; SILVA, G., LIMA, P. *A violência urbana e escolar nas periferias de Brasília*. *Revista Educação e sociedade*, Campinas, 2022.
- CHÁVEZ, C., Cebotari, V., Benítez, M.J., Richardson, D., Fen Hiu, C., and Zapata, J. (2021), *School-Related Violence in Latin America and the Caribbean: Building an Evidence Base for Stronger Schools*. Innocenti Working Paper 2021-02. Florence: UNICEF Office of Research – Innocenti.

CRAWFORD, C; BURNS, R. "Preventing school violence: assessing armed guardians, school policy, and context", *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, V. 38, p. 631-647, 2015

CRAWFORD, C; BURNS, R. "Reducing school violence Considering school characteristics and the impacts of law enforcement, school security, and environmental factors ", Fort Worth, Texas, 2016

DEBARBIEUX, É. *Violência na Escola: um desafio mundial? Coleção Horizontes Pedagógicos*: Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

DEBARBIEUX, É.. (dir.), *L'école face à la violence. Décrire, expliquer, agir*. p. 154-169, Paris, 2021

DOSSIÊ: VIOLÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR E ESCOLA EM CONTEXTO VIOLENTO. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 13, n. 2, 2019.

DOSSIÊ: VIOLÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR E ESCOLA EM CONTEXTO VIOLENTO. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 12, n. 2, 2018.

FOGUEL, M. N. "Diferenças em Diferenças". In MENEZES FILHO, N. A.; PINTO, C. C. X. (org). *Avaliação econômica de projetos sociais*. São Paulo: Fundação Itaú Social, v. 3, p. 39-54, 2017.

G1 PARANÁ. Deputados aprovam implantação de até 200 escolas cívico-militares no Paraná. Disponível em <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/09/28/deputados-aprovam-implantacao-de-ate-200-escolas-civico-militares-no-parana.ghtml>. Acesso em outubro de 2020.

GERTLER, P. J., MARTINEZ, S., PREMAND, P., RAWLINGS, L. B., & VERMEERSCH, C. M. *Impact evaluation in practice*. The World Bank, 2016.

GOETHEL, E. S. Q. *A ação dos atores jurídico-sociais em processos judiciais de estudantes*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Biociências – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016. 147 f.

GOMES, C. A. *A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, jul./set. 2005. p. 281-306.

GOMES, C. A. et al. *Violência na ótica de alunos adolescentes do Distrito Federal*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 127, 2006. p. 11-34.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira, SPOSITO, Marília Pontes. *Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil*. *Cadernos de Pesquisa* [online]. 2002, n. 115 [Acessado 19 Setembro 2022], pp. 101-138. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100004>>.

GODINHO, L.; MIRANDA, J. Uma avaliação quase experimental do PROERD. Anais do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Brasília, 2014.

HEITZEG, N. Education Or Incarceration: Zero Tolerance Policies And The School To Prison Pipeline” St. Catherine University, St. Paul, MN 2009

HIRSCHFIELD, Paul J, Schools and Crime (January 2018). Annual Review of Criminology, Vol. 1, pp. 149-169, 2018, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3120428> or <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-criminol-032317-092358>

IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64436.pdf>. Acesso em julho de 2019.

IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65682.pdf>. Acesso em julho de 2019.

JENNINGS, W. G., Khey, D. N., Maskaly, J., & Donner, C. M. (2011). Evaluating the Relationship Between Law Enforcement and School Security Measures and Violent Crime in Schools. *Journal of Police Crisis Negotiations*, 11(2), 109–124.

JOHNSON, Ida M. School violence: The effectiveness of a school resource officer program in a southern city. *Journal of Criminal Justice*, v. 27, n. 2, p. 173-192, 1999.

KUPCHIK, Aaron. *Homeroom security: School discipline in an age of fear*. New York: NYU, 2010.

LOURDES, Maria de Fátima Rufino Figueiró de. Programa Educacional de Resistência às Drogas: a construção de uma proposta de modelo para avaliação na Polícia Militar de Minas Gerais. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de especialização de segurança pública da Academia de Polícia Militar, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2013.

MORGAN, H. Restorative Justice and the School-to-Prison Pipeline: A Review of Existing Literature. *Educ. Sci.* 2021, 11, 159. <https://doi.org/10.3390/educsci11040159>

NA, C; GOTTFREDSON, D. C. Police officers in schools: Effects on school crime and the processing of offending behaviors. *Justice Quarterly*, v. 30, n. 4, p. 619-650, 2013.

NA, C., & GOTTFREDSON, D. C. (2013). Police Officers in Schools: Effects on School Crime and the Processing of Offending Behaviors. *Justice Quarterly*,

30(4), 619–650. doi:10.1080/07418825.2011.615754

NANCE, J. Dismantling the School-to-Prison Pipeline: Tools for Change, 48 Ariz. St. L. J. 313 (2016). Disponível em: <http://scholarship.law.ufl.edu/facultypub/767>. Acesso em: março 2021

ROBERS, S., ZHANG, J., AND TRUMAN, J. 2010. Indicators of School Crime and Safety. National Center for Education Statistics, U.S. Department of Education, and Bureau of Justice Statistics, Office of Justice Programs, U.S. Department of Justice. Washington, DC.

SEED/PR - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DO PARANÁ. Escola Segura é aprovada em 100% das instituições que receberam o programa. Disponível em <http://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Escola-Segura-e-aprovada-em-100-das-instituicoes-que-receberam-o-programa> . Acesso em novembro de 2020.

SHADISH, William R.; COOK, Thomas D.; CAMPBELL, Donald T. Experimental and quasi-experimental designs for generalized causal inference. Boston: Houghton Mifflin, 2002.

SKIBA, M., RUSSEL, J. More Than a Metaphor: The Contribution of Exclusionary Discipline to a School-to-Prison Pipeline Russell J. Skiba, Mariella I. Arredondo, and Natasha T. Williams Indiana University Bloomington 2014

SKIBA, R. J., & RAUSCH, M. K. (2006). Zero Tolerance, Suspension, and Expulsion: Questions of Equity and Effectiveness. In C. M. Evertson & C. S. Weinstein (Eds.), Handbook of classroom management: Research, practice, and contemporary issues (pp. 1063–1089). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

NA, C; GOTTFREDSON, D. C. Police officers in schools: Effects on school crime and the processing of offending behaviors. Justice Quarterly, v. 30, n. 4, p. 619-650, 2013.

SWARTZ, K; OSBORNE, D; DAWSON-EDWARDS, C. Policing Schools: Examining the Impact of Place Management Activities on School Violence.

SILVA, R. B. Educação e controle social: a intervenção policial na escola. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, pp. 24-39, 2002.

SSP/PR - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA do Paraná. Londrina recebe o programa Escola Segura em 18 colégios estaduais Segurança. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/Galeria-de-Imagens/Londrina-recebe-o-programa-Escola-Segura-em-18-colegios-estaduais> Acesso em 21 de maio de 2019.

STELKO-PEREIRA; A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Evaluation of a Brazilian School Violence Prevention Program (Violência Nota Zero). *Pensamiento Psicológico*, v. 14, 2016.

STIVAL, M. C. E. E. Políticas públicas do Estado do Paraná: uma análise da violência nas escolas públicas e o trabalho da Patrulha Escolar Comunitária. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Anpae, 2011. Disponível em: . Acesso em: 0 out. 2022.

SWARTZ, K. et al. Policing schools: Examining the impact of place management activities on school violence. *American Journal of Criminal Justice*, v. 41, n. 3, p. 465-483, 2016.

THERIOT, M. T. School resource officers and the criminalization of student behavior. *Journal of Criminal Justice*, v. 37, n. 3, p. 280-287, 2009.

UNESCO. Behind the numbers: Ending school violence and bullying. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization: Paris, 2019.

TILLYER, M.; FISHER, B; WILCOX, P. 'The Effects of School Crime Prevention on Students' Violent Victimization, Risk Perception, and Fear of Crime: A Multilevel Opportunity Perspective', *Justice Quarterly*, v. 28: 2, p. 249 — 277, 2019

WUILLEUMIER, A., La police à l'école. Quelle réalité pour quel pouvoir d'agir In *L'école face à la violence*, Paris, 2016.

ANEXOS

ANEXO A

COLEGIO: [REDACTED] - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

ALUNO: [REDACTED] N.º

SÉRIE: 306 DATA: 17/04/2018 PROF. (a).....

FICHA DE OCORRÊNCIA

1 -Agressão: a) () verbal b) () física c) () funcionário

2 -Desrespeito: a) () professor b) () colega

3 -Mata aula: a) () pátio b) () fora do colégio c) () não faz atividades

4 -Perturba a aula: a) () conversa demais b) () brincadeiras c) () não faz atividades

d) () sai da sala sem permissão e) () Ocupa-se com outras atividades f) (x) não cumpre as normas do Regimento Interno

Os alunos retornaram dos intervalos às 10:30 de minutos após o término do intervalo. Mantiveram para a [REDACTED] que estava com o desatento [REDACTED] porém na iminência de [REDACTED] negaram por não ter a frequência [REDACTED] família [REDACTED]

Obs: () O aluno foi suspenso da aula e encaminhado para realizar atividades na biblioteca.

[REDACTED] Assinatura do Professor

[REDACTED] Assinatura do aluno

ANEXO B

COLÉGIO ESTADUAL [REDACTED] ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

FICHA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO- 2020

ALUNO: [REDACTED] TURMA: 1^oA

RESPONSÁVEL PELA [REDACTED] BAIRRO: [REDACTED]

TELEFONE PARA WHATSAPP: [REDACTED] TELEFONE: [REDACTED]

TEM ALGUM PROBLEMA DE SAÚDE? () SIM (X) NÃO QUAL?

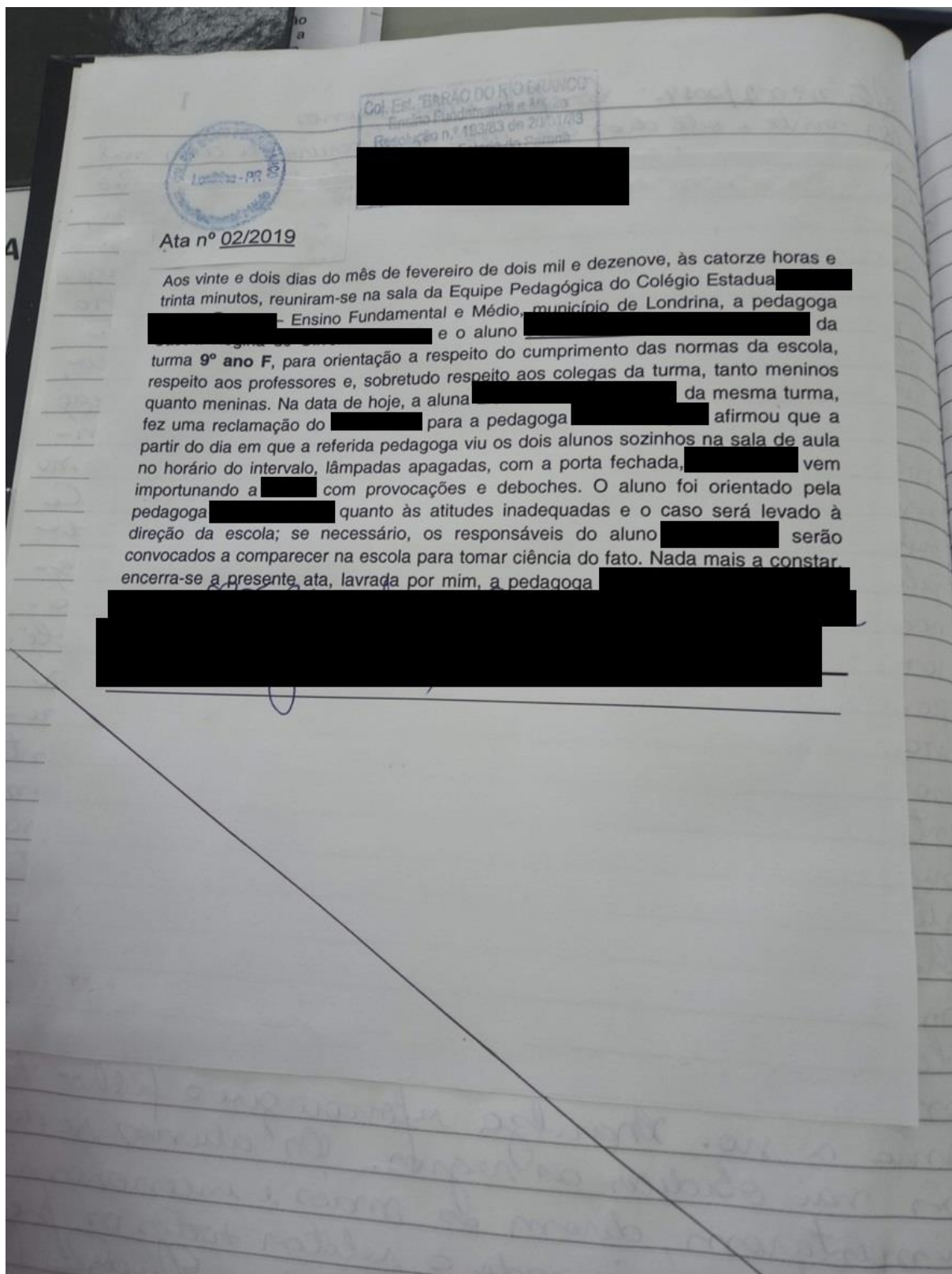
TEM ALGUM MEDICAMENTO? () SIM (X) NÃO QUAL?

COMO VEM PARA A ESCOLA? (X) A PÉ () ÔNIBUS () TRANSPORTE ESCOLAR () BICICLETA () CARRO

PROVAÇÃO EM 2019 (X) APC () REP

DATA	OBSERVAÇÃO	ASSINATURA
	Colégio Estadual Nilo Peçanha	
	O(a) aluno(a) foi aprovado por conselho de classe, por isso está sendo orientado pela pedagoga, para tomar ciência da importância do seu compromisso com sua vida escolar, que possa se organizar, realizar as atividades em sala e em casa, com capricho e dedicação; estudar para as avaliações; revisar a matéria todos os dias; ter participação nos trabalhos em grupo; tirar sempre as dúvidas sobre o conteúdo; realizar leituras; ser pontual e assíduo; procurar a pedagoga caso esteja com dificuldade no processo ensino aprendizagem. São atitudes a serem tomadas pelo estudante para que seu desempenho escolar tenha resultado satisfatório durante o ano letivo de 2020.	
	Aluno [REDACTED] Turma: 1 ^o A	
	Londrina, 09 de março de 2020.	
30/03	O aluno "mata" aula. A pedagoga não consegue comunicar ao responsável. A mãe do aluno está ciente e irá conversar com ele.	

ANEXO C



ANEXO D

Ata de orientação para os alunos do primeiro ano noturno.

Aos trinta dias do mês de outubro de de dois mil e dezoito, reuniram-se nas dependências do Colégio Estadual [REDACTED] Técnico Pedagógico [REDACTED] Pedagoga [REDACTED] Agente Educacional II [REDACTED] Agente Educacional II [REDACTED] as alunas [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] para deliberar sobre as atitudes das estudantes em sala de aula, mais precisamente na quarta aula, momento em que as duas trocaram ofensas verbais e em seguida agrediram-se mutuamente com empurrões, socos e tapas, agarramentos, luta corporal ostensiva, causando tumulto, gritarias e muito reboliço. Registra-se que nessa sala encontrava-se a turma completa do primeiro ano com mais de trinta alunos na sala. Houve uma solicitude por parte de alguns alunos que intervieram na briga separando as duas contendoras, mesmo assim não foi possível evitar os distúrbios nas outras salas, bem como na Coordenação Pedagógica que imediatamente interferiu de maneira decisiva para resolver a discordância entre as partes implicadas. Desse confronto em vias de fato resultou em pequenos ferimentos, arranhões e escoriações mínimas nas duas discentes. Foi solicitada a presença dos pais e em conversa de conciliação com todos os envolvidos ficou combinado que o assunto estava completamente encerrado. Os pais concordaram em assumir total responsabilidade sobre a questão, e também promover a plena concordância de em hipótese alguma repetir semelhante ato indisciplinar, inadequado ao ambiente escolar, de falta gravíssima de desrespeito a instituição de ensino, inaceitável em qualquer circunstância, caso em que os pais assinam este documento com inteiro conhecimento e compromisso de não mais repetir façanha igual, nem mesmo falar na escola sobre o assunto, por considerarem completamente encerrado, não podendo nenhuma das partes reivindicar qualquer outra decisão, ficando a cargo então, se houver, das autoridades competentes que os próprios pais deverão buscar a critério exclusivo individual. A escola aqui representada por seus coordenadores e autorizados pela direção, encerra os fatos como devidamente e bem esclarecido junto aos Pais. Corretamente orientados passam de ora em diante ter completa ciência dos acontecimentos, e assumem definitivamente, mais uma vez o comprometimento de não ter mais tal procedimento e ainda respeitar as normas do Colégio. Também acordado que

ANEXO E

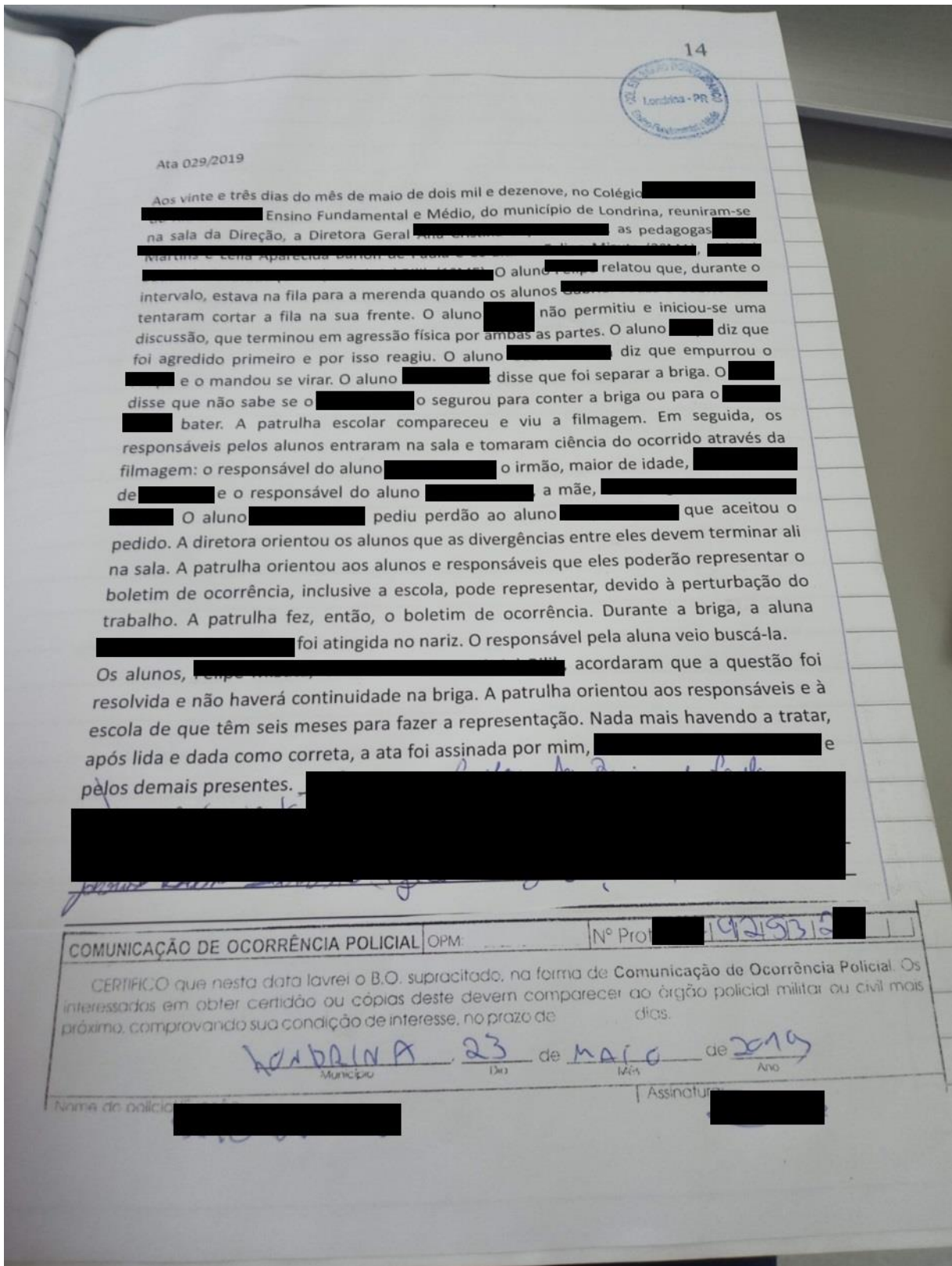
Col. Est. [REDACTED]
Ensino Fundamental e Médio
Resolução n.º 193/83 de 20/01/83
Governo do Estado do Paraná
[REDACTED]

Ata n.º 022/2019 – Alunos do 9º E

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, no Colégio Estadual [REDACTED] – Ensino Fundamental e Médio, do município de Londrina, reuniram-se na sala da Direção, a Diretora Geral [REDACTED], os alunos: [REDACTED] a Pedagoga Cássia [REDACTED] (9ºE), [REDACTED] (9ºE), do turno vespertino, onde a Diretora orientou sobre o ocorrido hoje na aula de Educação Física, durante o jogo de futsal, os alunos citados discutiram e partiram para a agressão física, onde a professora e os alunos da turma ajudaram a contê-los. Na sequência, a professora trouxe o aluno [REDACTED], que estava muito nervoso para orientação e providências necessárias, por conta do ocorrido, pois os ânimos estavam muito alterados. Os responsáveis de ambos foram convocados; o Sr. [REDACTED], pai do aluno [REDACTED] e o Sr. [REDACTED] pai do [REDACTED], conversaram, ouviram sobre o fato relatado pela professora. Decidiram não representar boletim de ocorrência e os alunos resolveram a situação apertando as mãos, conforme os pais os orientaram, uma vez que estudam na mesma sala. Nada mais havendo a tratar, após lida e dada como correta, a ata foi assinada por mim, [REDACTED] e demais presentes. [REDACTED]


COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL	OPM: <u>BPEL</u>	Nº Prot.:	<u>1642733</u>
CERTIFICO que nesta data lavrei o B.O. supracitado, na forma de Comunicação de Ocorrência Policial . Os interessados em obter certidão ou cópias deste devem comparecer ao órgão policial militar ou civil mais próximo, comprovando sua condição de interesse, no prazo de <u>03</u> dias.			
<u>Londrina</u> Município		<u>23</u> Dia	de <u>ABRIL</u> Mês
			de <u>2019</u> Ano
Nome do policial/Função:		Assinatura: [REDACTED]	

ANEXO F



ANEXO G

31


 Londrina - PR

Ata nº 002/2019

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, as dezesseis horas e vinte e cinco minutos, no Colégio Estadual [REDACTED] - EFM, município de Londrina - Paraná, na sala da coordenação pedagógica, as pedagogas [REDACTED] e [REDACTED] atenderam as alunas [REDACTED] do 8º ano B e [REDACTED] do 9º ano F, do período da tarde. As duas agrediram-se verbalmente durante o intervalo, necessitando ser separadas por duas outras colegas. Ao ser perguntado para as duas o motivo da briga, foi relatado pela Isabela que a causa é seu namorado, que ela já havia conversado com a [REDACTED] por whatsapp e pensou que a situação estava resolvida, porém hoje na hora do intervalo a [REDACTED] chamou a mesma de "cornã", e a [REDACTED] disse que a [REDACTED] "deu de dedos em sua cara" e que ficou sabendo por outras meninas que a Isabela hoje ia bater nela. A [REDACTED] disse que isso não ficaria assim, pois a [REDACTED] tinha dado de dedos em sua cara. A pedagoga [REDACTED] ligou para as mães das meninas, solicitando a presença delas, pois a Patrulha Escolar estava sendo acionada. A senhora [REDACTED], mãe da [REDACTED] não pode comparecer e a avó materna [REDACTED] e a tia [REDACTED] representaram a mesma, já a mãe da Isabela, senhora [REDACTED], não pode comparecer e também não veio nenhum representante. A Patrulha Escolar, adentrou à sala da coordenação pedagógica, e como a Isabela não tinha nenhum representante, não pode ficar na sala. A soldado [REDACTED] conversou e orientou a aluna [REDACTED], mostrando a mesma as consequências de tal atitude, especialmente a ameaça feita a [REDACTED]. Ficando a situação esclarecida, nada mais a constar, eu pedagoga [REDACTED] encerro a presente, a qual será assinada por mim e pelos demais presentes. [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL	OPM: <u>BTEC</u>	Nº Prot. <u>14196199715111</u>
CERTIFICO que nesta data lavrei o B.O. supracitado, na forma de Comunicação de Ocorrência Policial . Os interessados em obter certidão ou cópias deste devem comparecer ao órgão policial militar ou civil mais próximo, comprovando sua condição de interesse, no prazo de _____ dias.		
<u>Londrina</u> , <u>18</u> de <u>Setembro</u> de <u>2019</u> <small>Município Dia Mês Ano</small>		
Nome do policial/Função:	<u>Sd. Augusto</u>	Assinatura: <u>[assinatura]</u>